

## ATA DA LXVIII REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CRH

1  
2  
3 Aos 11 (onze) dias do mês de dezembro de 2025, às 09h30, no Espaço Foyer - térreo da Federação das  
4 Indústrias do Estado de Pernambuco (FIEPE), sito a Av. Cruz Cabugá, 767 - Santo Amaro - Recife/PE.  
5 Presentes os conselheiros regularmente convocados e convidados – devidamente registrados em Listas de  
6 Presença, ao observar a complementação do quórum necessário, deu-se início a LXVIII Reunião Ordinária do  
7 CRH, com a leitura da Pauta do CRH: I) **Credenciamento e Coffee Break**; II) **ABERTURA (José Almir Cirilo)**;  
8 Presidente do CRH e Secretário de Recursos Hídricos e de Saneamento (SRHS); III) **DELIBERAÇÕES**: 1)  
9 Aprovação da **ATA da LXVII Reunião Ordinária do CRH, de 11/09/2025**; 2) Discussão e definição do  
10 **CALENDÁRIO das Reuniões Ordinárias do CRH-2026 e as formas de realizações** (virtuais ou presenciais); 3)  
11 **HOMOLOGAÇÕES do CRH: Do COBH-Metropolitano Sul**: a) Plano Hidroambiental (PHA) do Comitê  
12 **Metropolitano Sul**; **Da CTALI**: b) Parecer Técnico sobre Aprovação do **Plano-FEHIDRO/2026** (Apac+SRHS); c)  
13 Parecer Técnico do **Proc.Adm.da APAC-Compesa, da Barragem Rego**; **Da CTAS**: e) Parecer Técnico,  
14 referente à **solicitação do Ofício da COOMUPA, sobre extração de areias no leito do Rio Pajeú**; b)  
15 **Regulamento da CTAS**; 4) **RESOLUÇÕES do CRH: Da CTALI**: a) Minuta de Resolução-CRH, que aprova o  
16 **PLANO FEHIDRO/2026**; **Da CTAS**: b) Minuta de Resolução-CRH, que dispõe sobre os **Testes de**  
17 **Bombeamento**; c) Minuta de Resolução-CRH, que **REVOGA a Resol.CRH nº 02/2017, sobre extração de**  
18 **areias em aluviões**; d) Minuta de Resolução-CRH, referente às **Competências da CTAS**; **Da CTPPP**: e) Minuta  
19 de Resolução-CRH, referente às **Competências da CTPPP**; IV) **PALESTRA** sobre o Resumo Executivo do  
20 PERBH/PE (por Fernando Acioli-GRBH-APAC); V) **OUTROS ASSUNTOS**; e VI) **ENCERRAMENTO**. Registramos  
21 que estiveram presentes à reunião os 18 (dezoito) conselheiros (as), a seguir relacionados: **José Almir Cirilo**  
22 (Presidente do CRH) e **Celso Luiz Agra de Sá** (Secretário Executivo do CRH) – ambos da SRHS; **Adriana**  
23 **Guedes Magalhães** (SEMAS-Titular); **Alexandre Jorge Pimentel Moura** (DNOCS-Titular); **Waldir Duarte Costa**  
24 **Filho** (SGB/CPRM-PE-Titular); **Aerton Magno Nepomuceno da Silva** (Repres.do AGRESTE-Titular/Caruaru);  
25 **Maria Joana Alves da Silva** (Repres.do SERTÃO-Titular/Serra Talhada); **Márcia Maria Guedes Alcoforado de**  
26 **Moraes** (UFPE-Titular); **Waldir Duarte Costa** (UNIECO-Titular); **José de Assis Ferreira** (ABAS/PE-Titular); **Djair**  
27 **Barros Falcão** (ABES/PE-Titular); **Frederico G. Carrazzoni de Almeida** (AFCP-Suplente); **Arthur de Souza Leão**  
28 **Santos** (FAEPE-Titular); **Nyadja Menezes Rodrigues Ramos e Valderice Pereira Alves Baydum** (ambas da  
29 COMPESA); **Abraão Rodrigues Lira** (FIEPE-Suplente); **Tiago Delfino Filho** (SINDAÇÚCAR-Titular); e **Paulo**  
30 **André Dias da Silva Neto** (Assoc.FAZENDA FIEZA-Titular). Registramos também a presença de 22 (vinte e  
31 dois) convidados (as), a seguir relacionados (as): **Gizélia Rodrigues** (NUCCT-SEG/SRHS-Organizadora da  
32 Reunião); **Lindinalva de Farias Castro** (NUPAT-GGA-SRHS); **Luiz Cleydson Martins de Souza** (GGA-SRHS);  
33 **Evaldo José Genuíno de Moraes** (Presidente da COOMUPA); **Márcia Freire Dias da Silva** (CTALI-SEMAS/PE);  
34 **Luiz Filipe G.Nascimento** (AFCP); **Marinalda Rocha de Almeida** (SESAN-SRHS); **Diego Dillan Pereira**  
35 **(COMPESA)**; **Bartholomeu Siqueira Júnior** (CTALI-COMPESA); **Diego Lima de Andrade** (NUCCT-SEG/SRHS);  
36 **Aluisio Moreira Filho** (Comunicação-SRHS); **Rose Simoni Ribeiro Araújo** (SAJ-APAC); **Clênio Torres Filho**  
37 **(GROC-APAC)**; **Débora Vieira Chaves Mendes** (Chefe de Gabinete-SRHS); **Maria Crystianne Rosal** (DRM-  
38 APAC); **Maria Lorenzza Pinheiro Leite** (DRH-APAC); **Patrícia Veras Ferreira Lima** (Ouidora-APAC); **José**  
39 **Carlos Queiroga** (CTPPP-FIEPE); **Luiz Felipe Maia Ávila** (GROF-APAC); **José Ráurium Bacalhau** (GPSI-APAC);  
40 **Marcelo Cauás Asfora** (SEIH-SRHS); e **Fernando Duarte Acioli** (GRBH-APAC). Para o início dos trabalhos,  
41 passei a palavra para o Dr. **José Almir Cirilo** (Secretário de Recursos Hídricos e de Saneamento e Presidente  
42 deste conselho). **José Almir Cirilo (Presidente do CRH)**: “Sejam muito bem-vindos à nossa última reunião do  
43 Conselho de Recursos Hídricos do ano de 2025. Um ano, digamos, de muitas dificuldades, porém muitas  
44 realizações. Eu queria aqui começar discorrendo para os senhores o que aconteceu com as questões  
45 relativas à infraestrutura híbrida, à gestão híbrida no estado de Pernambuco. Como a gente normalmente  
46 faz, iniciamos com o panorama da situação dos recursos hídricos em Pernambuco nesse momento. Muita  
47 coisa tem acontecido e temos a satisfação de trazer para os senhores algumas coisas boas, outras coisas não  
48 tão boas, mas isso faz parte do ciclo da vida e do ciclo hidrológico. Então, eu quero começar aqui com mais  
49 uma breve apresentação. Eu peço perdão, pois vou reaproveitar uma apresentação que fiz na ARPE há duas  
50 semanas. Eu cheguei mais tarde tentando ajustar o máximo possível. Vou soltar alguns slides aqui, que serão

51 necessários para a nossa conversa. Embora este slide não tenha exatamente a noção do que eu queria falar,  
52 conversando já com **Crystianne Rosal**, nós tivemos uma reunião há duas semanas sobre o Núcleo de  
53 Segurança Hídrica que trata da questão de previsão climática e infraestrutura hídrica do Nordeste.  
54 Infelizmente, as informações ainda são muito desagradáveis, do ponto de vista de pluviometria. Nós  
55 estamos com períodos de chuvas muito irregulares e, até agora, a perspectiva continua na mesma situação.  
56 Nós devemos ter um ano de chuvas abaixo da média, o que compromete a nossa situação. Hoje,  
57 particularmente no Agreste Setentrional de Pernambuco, estamos com uma situação extremamente difícil  
58 de desabastecimento de cidades, por conta da Barragem de Jucazinho que secou. Então, Jucazinho hoje — e  
59 sempre — tem sido uma fonte hídrica para quase 20 (vinte) municípios ali da região e atualmente está com  
60 1% de acumulação! Isso é consequência do deplecionamento do reservatório desde a última seca, que  
61 acabou por volta de 2017 e 2018. Ele nunca mais se recuperou e isso não aconteceu somente em  
62 Pernambuco. Os diversos estados do Semiárido do Nordeste também estão em uma situação semelhante,  
63 porém quando, por exemplo, reservatórios como o de Castanhão, no Ceará, atingem 5%, o volume de água  
64 acumulado ainda é extremamente elevado e continua sendo suficiente para abastecer muita gente. Nossos  
65 reservatórios não têm essa capacidade de acumulação! Quando um reservatório importante como o  
66 Jucazinho é deplecionado, acontece efetivamente um problema sério de escassez. Hoje, estamos  
67 trabalhando nesse processo, para tentar amenizar na maior velocidade possível essa dificuldade de  
68 abastecimento. Outro dia, estive numa reunião no Ministério da Integração Nacional e falamos para eles  
69 que a situação de Pernambuco, mais ou menos, é a seguinte: é como se nós tivéssemos uma família com  
70 uma casa prontinha para ser recebida em dois meses, mas nesse momento a casa onde ela mora está  
71 afundando. Hoje, o estado de Pernambuco é um canteiro de obras na questão hídrica. Nós estamos fazendo  
72 grandes movimentos de infraestrutura exatamente para contornar essas dificuldades citadas, as coisas estão  
73 prestes a acontecer mas ainda não aconteceram. Vou citar um caso, por exemplo, da Região do Agreste  
74 Setentrional. Começamos uma ação por meio da Compesa para o abastecimento de algumas das cidades, a  
75 partir das águas do Rio São Francisco, chegassem a Caruaru. De que forma? Invertendo o fluxo das  
76 tubulações. Imaginem que a água viesse de Jucazinho e passasse por diversas cidades, como Cumaru,  
77 Bezerros e Riacho das Almas, antes de chegar a Caruaru. E para que a água do São Francisco chegasse a  
78 Caruaru, inverteu-se o fluxo. Ou seja, com o nosso sistema de bombeamento, as mesmas tubulações  
79 passaram a conduzir água no sentido oposto. Quem é profissional de hidráulica sabe que, quando  
80 projetamos uma tubulação, a direção do fluxo é determinante para isso, por conta das pressões que são  
81 aplicadas sobre os tubos. Por conta disso, sabíamos que tínhamos risco nesse processo. Tivemos em Caruaru,  
82 há cerca de dois ou três meses, um rompimento severo de tubulações dentro do perímetro urbano, porque  
83 houve uma expansão urbana nos locais onde a tubulação foi implementada — que na época não existia — e  
84 isso gerou um certo caos na região, mas era uma busca por uma solução! Foram trocados mais de 1000 (mil)  
85 metros de tubulação e ontem recebi a informação do Prefeito de Riacho das Almas de que a água do Rio  
86 Santo Francisco começou a chegar no município. Depois, ela chegará em Cumaru e em algumas outras  
87 cidades. Estou citando isso para que vocês tenham a ideia da engenharia que está sendo feita e aproveitar  
88 para saudar a todos os engenheiros aqui presentes, porque hoje é o Dia do Engenheiro! Dito isso, estamos a  
89 um mês de chegar com as águas da Barragem Serro Azul, integrada na Adução do Agreste. A água já chegou  
90 na BR-232, só que os testes estão enchendo as tubulações e aumentando a vazão, para depois verificar os  
91 possíveis vazamentos que possamos vir a ter neste processo, e a partir daí conseguir levar água para  
92 Bezerros e todo o conjunto de cidades ao redor que está sofrendo. Toda essa reengenharia está sendo feita  
93 hoje no estado, invertendo o fluxo e trazendo água de outras regiões, trazendo água do Rio São Francisco de  
94 tão longa distância para suprir o déficit hídrico local. Especificamente, estou falando da Região do Agreste  
95 Setentrional, porque hoje é a região mais complicada, do ponto de vista de abastecimento de água. O Sertão  
96 também é, mas o Sertão tem água subterrânea e adutoras que, embora não levem água em quantidade  
97 suficiente — por conta de diversas razões, principalmente porque muitas delas têm mais de 10 (dez), 15  
98 (quinze) e 20 (vinte) anos de operação — em nada se compara com a situação do Agreste Pernambucano,  
99 neste momento. Então, a “casa nova” que eu quis dizer é a seguinte: a água do São Francisco já está  
100 chegando em algumas cidades, a água de Serro Azul já está chegando na BR-232, e é coisa de mais um mês  
101 ou dois para que consigamos efetivamente começar a minimizar o impacto sobre parte das cidades — não  
102 todas, porque em nem todas elas conseguiremos chegar nesse momento com a água do São Francisco.  
103 Temos a expectativa de chegar até, provavelmente, Surubim! Nossos amigos aqui de Santa Cruz do  
104 Capibaribe, como **Paulo André**, são de uma região crítica que sofreu extremamente com o  
105 desabastecimento. Uma cidade grande como Santa Cruz do Capibaribe, com mais de 100 mil habitantes —  
106 que chegou a ter água um dia, em um mês — finalmente, a água do São Francisco chegou lá! Está tudo  
107 resolvido? Ainda não, porque ainda estamos fazendo, completando novas Estações de Tratamento de Água

108 (ETAs), parte da cidade não tem rede, e essa é outra questão que tem a ver com esse slide que está aqui na  
109 tela e que vou mostrar agora. Ainda há muito para construir, mas o que eu queria deixar para vocês, de  
110 mensagem inicial, é que Pernambuco hoje realmente é um canteiro de obras hídricas, e temos a expectativa  
111 de reverter esse quadro o mais rápido possível. Uma das ações fundamentais nesse processo — que foi  
112 definido por nossa Governadora, antes de se eleger, ainda na época da Campanha dela — é que precisamos  
113 encarar o problema do abastecimento d'água de uma maneira diferente do que sempre se fazia, que era  
114 ficar dependendo dos cofres públicos e da União, cada vez que quisermos construir uma barragem ou cada  
115 vez que quisermos construir um adutora. Nesse ritmo, nós tivemos a expectativa de que — se as cidades  
116 parassem de crescer — precisaríamos de 65 (sessenta e cinco) anos de investimentos para atingir a situação  
117 do Marco Legal do Saneamento, que está definido para o ano de 2033, quando, por Lei, precisaremos  
118 chegar a 99% de pessoas com acesso à água. Isso não significa, necessariamente, que elas vão ter 99% do  
119 tempo com água e 90% de esgotamento sanitário! No dia de hoje, começa um marco histórico. Hoje, as  
120 empresas que estão se candidatando estarão depositando suas propostas na B3, que é a antiga Bolsa de  
121 Valores de São Paulo, com suas propostas para entrarem no Processo de Concessão Parcial dos serviços de  
122 abastecimento de água da Compesa. O que é essa concessão? Rede de distribuição. Aí eu entro no caso que  
123 falei de Santa Cruz do Capibaribe, que, embora a água de São Francisco já tenha chegado, mais de 30% da  
124 cidade não têm rede, então a água não vai chegar nas casas. A Prefeita de Casinhas tem sido um caso  
125 emblemático nessa história conosco, porque ela está sofrendo com a falta de água de Jucazinho, mas ela  
126 disse que, mesmo que Jucazinho estivesse cheia, somente 10% da cidade teria água, porque não tem rede!  
127 Então, esse é um desafio que o estado inteiro tem. Por que a população da nossa periferia, dos nossos  
128 morros, onde chove bastante, onde as fontes hídricas ainda são relativamente suficientes para atender às  
129 demandas das pessoas, não tem água diariamente nas suas casas? Porque não tem rede, não tem sistema,  
130 não tem pressão? O investimento que nós calculamos, para resolver o problema de redes das nossas cidades,  
131 é de cerca de R\$ 6.300.000.000,00 (seis bilhões e trezentos milhões de reais) e mais R\$ 13.000.000.000,00  
132 (treze bilhões de reais) para a questão de esgotamento sanitário. Aí é pior ainda porque a gente conhece  
133 bem o quadro, que diversas cidades de Pernambuco têm 0% de tratamento de esgoto. A água é coletada e  
134 até aparece nos índices do Sistema Nacional de Informação de Saneamento como havendo alguma coisa,  
135 mas é fossa, ou então, muitas vezes, jogada na rede de drenagem. Isso não pode ser considerado como um  
136 sistema de coleta e tratamento de esgoto adequado. No contexto das redes de distribuição e do Sistema de  
137 Esgotamento Sanitário (SES), precisamos investir R\$ 19.000.000.000,00 (dezenove bilhões de reais), além de  
138 R\$ 16.000.000.000,00 (dezesseis bilhões de reais) na parte que resta para a COMPESA, ou seja, para o  
139 Estado. Precisamos construir mais barragens, mais adutoras e mais estações de tratamento de água para  
140 que a água chegue efetivamente às residências. Na verdade, não se trata de R\$ 16.000.000.000,00  
141 (dezesseis bilhões de reais), pois R\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais) referem-se à questão da PPP  
142 do saneamento em Recife, que foi incluída nesse pacote. Mas nós precisamos de R\$ 11.000.000.000,00  
143 (onze bilhões de reais) para cumprir a parte pública nesse processo de concessão que hoje se inicia. No dia  
144 18, nós estaremos abrindo as propostas — já comprei passagem para São Paulo e o “martelinho” já está  
145 pronto para bater a proposta vencedora — e esperamos ter uma oferta significativa! Tivemos 35 (trinta e  
146 cinco) empresas em busca de informações e temos a expectativa de que pelo menos 13 (treze) grandes  
147 empresas entrem nessa proposta. Vamos saber, no final do dia de hoje, quantas efetivamente entraram  
148 nesse contexto. Estamos contando muito com a concorrência para que, efetivamente, o interesse que tem  
149 sido mostrado por Pernambuco — para agir na questão de abastecimento da água e esgotamento sanitário  
150 — se reflita em propostas vantajosas que nos permitam ter parte do recurso daqueles  
151 R\$ R\$ 11.000.000.000,00 (onze bilhões de reais), que cabem ainda ao Estado cumprir. Uma notícia muito  
152 boa é que no dia de amanhã nós estaremos assinando, no Palácio com a Governadora e a Agência Francesa  
153 de Desenvolvimento, um empréstimo de mais de US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares) para  
154 investimentos na área, pela COMPESA — diretamente naquilo que é a nossa parte, ou seja, construção de  
155 adutoras e recuperação de sistemas. Ao longo dos anos muita coisa se degradou, como por exemplo, as  
156 nossas adutoras, pois houve um momento há uns três anos onde parte da tubulação de Tapacurá rebentou,  
157 foi preciso fazer remendos e esses remendos já vêm acontecendo ao longo de muito tempo. Então, nesses  
158 investimentos está também a recuperação desses sistemas, ou seja, de manutenção de barragens, que é  
159 algo que a APAC nos cobra, um dia sim e no outro também, porque há uma política no país de se preocupar  
160 mais em investir e quase nada em fazer manutenção! Hoje nós estamos com diversas barragens, com obras  
161 contratadas ou em licitação para o processo de recuperação dessas estruturas, pois sabemos que uma  
162 barragem danificada nem serve ao seu propósito e ainda traz riscos de danos à população. Ainda no  
163 processo das parcerias privadas, nós devemos iniciar, no início do ano que vem, a construção da Barragem  
164 Engenho Maranhão! Para que vocês tenham uma ideia do que é esta barragem, ela será feita na foz do Rio

165 Ipojuca e terá o dobro da capacidade de produção de água da nossa Pirapama de hoje, que é a principal  
166 fonte hídrica da Região Metropolitana! Então, a Pirapama vai significar não só a garantia do abastecimento  
167 contínuo da Região Metropolitana Sul e Região do Litoral, mas também o desenvolvimento pleno do Poço de  
168 Suape — das indústrias que lá se instalaram, do ponto de vista de necessidade de abastecimento de água.  
169 Na última vez em que nós estivemos aqui, nós falamos sobre o Programa Águas do Pernambuco, que é um  
170 investimento próprio do Estado para avançar nesse contexto. Diversas ações que nós estamos fazendo são  
171 feitas com recursos que foram captados pelo Governo do Estado, em saneamento rural — menos em coleta  
172 e tratamento de esgoto, porque isso está entrando mais nas parcerias privadas — e construção de barragens.  
173 Algumas dessas barragens serão feitas com recursos próprios. Uma delas será a Barragem de São Bento Una,  
174 que está em final de projeto e deverá ter as obras iniciadas ainda no começo do semestre. Acho que já  
175 falamos tanto que todo mundo já conhece, mais ou menos, a lista das barragens, pois tenho falado isso a  
176 cada reunião e das quais precisamos tratar, implementar, concluir ou iniciar. Das barragens de controle de  
177 enchentes, a única que foi concluída foi a Barragem Serro Azul! Foi muito importante a sua conclusão em  
178 2016, porque, se ela não fosse feita, segundo estudos de nossa equipe de hidrologia, a enchente de 2017 na  
179 Mata Sul, na Bacia do Rio Una, foi mais severa do que a de 2010! Então, não teria restado nada de Palmares,  
180 Água Preta, Barreiros e outras daquelas cidades. Serro Azul conteve mais de 40% do volume de água que  
181 chegaria nessas cidades. Foi um grande avanço, mas as outras regiões, principalmente aquelas áreas  
182 adjacentes de Serro Azul, continuam produzindo elevado volume de água na ocasião das enchentes. Então,  
183 por isso, nós temos no foco concluir as barragens de Panelas, Gatos, Igarapeba e Barra de Guabiraba. Eu vou  
184 começar com essas quatro aqui. Estamos preparando os projetos para três barragens na Região do Agreste  
185 Meridional: Barragem Correntes, Canhotinho e Ipanema-II. Essas barragens têm uma importância  
186 estratégica para o controle de enchentes, tanto em Pernambuco quanto para Alagoas. Nós temos notícias  
187 de que na cidade de São José da Laje, em Alagoas, no ano de 1969, em uma noite, morreram mil pessoas por  
188 conta de uma enchente! Era uma época em que não havia agências de monitoramento, controle, previsão  
189 climática quase nenhuma e as pessoas foram pegadas de surpresa e morreram — vocês imaginam a cidade ter  
190 mil pessoas mortas durante uma enchente? Recentemente, nossa Governadora teve interações com o  
191 Governador de Alagoas e nós conseguimos no PAC os recursos para fazer os projetos para três barragens  
192 importantes que vão servir para esse controle de enchentes: Correntes, Canhotinho e Ipanema-II. As três no  
193 território pernambucano, mas com o olho também no Estado de Alagoas. Em Pernambuco, além do controle  
194 de enchentes, essas barragens vão impulsionar o desenvolvimento regional. Essa é a região da bacia leiteira  
195 de Pernambuco, uma região importantíssima na agropecuária e na produção de ovos, por exemplo. É a  
196 região onde mais se produzem ovos no Nordeste, que também vai impulsionar bastante o desenvolvimento.  
197 A Barragem de São Bento do Una — eu falei que a gente vai conversar daqui a pouco — e a Barragem  
198 Engenho Pereira, aqui na Região Metropolitana, deve estar sendo dada a autorização de início de obras  
199 agora, nesse mês de janeiro. Ela é importante pois inclui os municípios de Moreno e de Jaboatão dos  
200 Guararapes como controle de enchentes e também ponto de abastecimento. Semana passada, nós  
201 conseguimos entregar à população pernambucana a Barragem de Panelas. Ela foi a primeira iniciada para a  
202 contenção de enchentes em Pernambuco, no ano de 2012, e ficou paralisada durante uma década, por falta  
203 de recursos e por falta de decisão política, também! Com nossa Secretaria Executiva de Infraestrutura  
204 Hídrica, comandada por **Marcelo Asfora**, conseguimos fazer uma entrega muito bonita. Nossa Governadora  
205 e o nosso Presidente da República fizeram depoimentos emocionantes por ocasião da entrega da Barragem  
206 de Panelas. Agora vou mostrar um pouco da expansão do abastecimento que estamos prestes a fazer no  
207 estado. Pernambuco, diferente de outros estados, precisa trazer água de grandes distâncias! Eu sempre digo  
208 que a culpa disso é de Dom Pedro I, porque o território pernambucano era muito mais harmonioso do ponto  
209 de vista geográfico, ideológico e geológico. Até que, por conta dos movimentos libertários, fizeram esses  
210 fortes todos e deixaram para Pernambuco só essa “tirazinha” (no slide). Nossas bacias hidrográficas têm  
211 pequenas áreas, não conseguimos ter grandes volumes de água armazenáveis — comparados com os outros  
212 estados. Nossas bacias hidrogeológicas também foram recortadas nesse contexto, e o que é que nos resta?  
213 Buscar água à grandes distâncias, que tem sido a política do estado nesse processo. A grande fonte que  
214 temos nessa infraestrutura são os Canais da Transposição — o Eixo Norte e o Eixo Leste — foram muitos  
215 anos de luta por isso! Algumas pessoas que estão aqui na mesa, como **Waldir, Marcelo, Lorenza** e eu,  
216 começamos essa luta em 1995 e somente então trabalhamos para mudar a concepção desse Sistema de  
217 Transposição. Apenas em 2024, lá em Caruaru, é que conseguimos beber água do São Francisco, chegando  
218 depois de 29 anos. Eu estou aqui preparando a minha agenda para amanhã beber água lá em Riacho das  
219 Almas — a água de São Francisco chegando em mais uma cidade. Isso tem sido uma luta contínua. O  
220 investimento nessa Adutora do Agreste já foi de aproximadamente R\$ 1,5 bilhão (um bilhão e quinhentos  
221 milhões de reais) e ainda faltam uns R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) para concluí-la! Esses

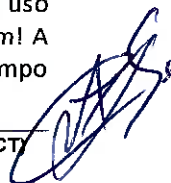
222 recursos estão negociados com o Governo Federal, estão pactuados, mas eles estão chegando aqui à “conta-  
223 gotas”. Então, o Estado de Pernambuco tem entrado na frente, usando os investimentos e empréstimos que  
224 tem feito para não parar a obra! Então, por isso que hoje temos obras prontas ou quase pronta para em dois  
225 ou três meses chegar, por exemplo, até Gravatá; daqui a um mês a Bezerros; daqui a mais uns três ou quatro  
226 meses a Surubim; e assim por diante. É esse grande esforço que está sendo feito nesse contexto! O que é  
227 que vai acontecer na hora que nós fizermos a concessão do serviço de abastecimento de água? Nós  
228 contamos com a chegada de recursos que serão investidos, ora pelo Governo do Estado, ora pelo  
229 investimento privado, para ampliar essa rede de adutoras. Então, temos adutoras em projeto já prontas  
230 para serem licitadas, mas que serão repassadas pela iniciativa privada para, por exemplo, levar água até  
231 Afrânio e Dormentes, na fronteira com o Piauí. Regiões que até hoje nenhum banco, nenhuma agência  
232 financiadora brasileira deu a oportunidade de levantar os recursos. Por quê? Porque na “hora H” entram  
233 aquelas contas que os economistas fazem: Quantas pessoas têm ali e qual é o gasto? Qual é o “custo per  
234 capita” para fazer com que a água chegue naquelas regiões? Em função disso, a gente está sofrendo nesse  
235 processo e, finalmente, com essa nova plataforma de levantamento de recursos, vamos fazer com que obras  
236 como essas aconteçam efetivamente. Vamos duplicar o abastecimento d’água da Adutora do Pajeú: Essa  
237 obra foi feita, começou lá em 2013 a entregar água ao longo das diversas cidades. Mas passados 12 (doze)  
238 anos, a situação que a gente tem hoje é que ela não é mais suficiente! Então, vamos duplicar essa adutora e  
239 muitas outras obras que eu já citei aqui, como recuperação de barragens, recuperação de adutoras  
240 implementadas aí em nosso território. Vamos agora falar de gestão. Um ponto importante que nós temos  
241 nesse contexto, e com a decisão da Governadora, é um olhar diferenciado com a população rural difusa. As  
242 pessoas que moravam no interior do nosso estado, o máximo que elas tinham ao longo dos anos era um  
243 poço em algum lugar — quando tinha nas proximidades. Depois, nós evoluímos para um dessalinizador.  
244 Então, muita gente aqui nessa mesa tem trabalhado nesse contexto, e hoje nós estamos evoluindo também  
245 para Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água. Então, nós já temos mais de 30 (trinta) sistemas  
246 implementados nesse governo e, com o recurso do Banco Mundial — que conseguimos agora de  
247 R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) e mais investimentos contínuos que temos buscado. Em  
248 todo PAC estamos presentes, toda vez que se lança um PAC (Plano de Aceleração do Crescimento), nós  
249 estamos pedindo dinheiro. E ontem, nós tivemos a notícia de mais de R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de  
250 reais) garantidos para o abastecimento rural. Então, nós temos perto de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de  
251 reais) para investir em abastecimento rural. O tamanho da conta é R\$ 3.500.000.000,00 (três bilhões e  
252 quinhentos milhões de reais). Então, ainda temos muito a caminhar para realmente conseguirmos atender o  
253 investimento necessário. A dessalinização é uma realidade. Desde 1998, final do governo Arraes,  
254 Pernambuco adotou como uma política importante a dessalinização. Nós temos 350 (trezentos e cinquenta)  
255 sistemas funcionando, estamos implantando hoje mais 400 (quatrocentos) e nossas equipes estão  
256 espalhadas pelo estado, implantando sistemas de dessalinização na zona rural. É uma dádiva podermos ver,  
257 efetivamente, a chegada de um equipamento desses onde as pessoas possam ter água de muito boa  
258 qualidade para atender às suas necessidades básicas. Vou deixar só uma notícia importante aqui sobre o  
259 avanço que precisa ser registrado na questão do tratamento dos esgotos: nós chegamos ao governo com  
260 uma briga existente e sem solução entre a COMPESA e a BRK — que é a concessionária dos serviços de  
261 coleta e tratamento de esgotos em 14 (quatorze) municípios aqui, da Região Metropolitana. Isso tinha lá  
262 uma situação insolúvel. Nós levamos a empresa à firme disposição de que, se a gente não chegasse à  
263 solução, o contrato iria ser desfeito e a gente iria começar uma nova concessão! Foi um grande trabalho —  
264 eles tinham razão em algumas coisas e em boa parte, não. Por exemplo, uma coisa que eles tinham razão é  
265 que, em Parceria Público-Privada (PPP), o Governo faz uma parte e o privado faz outra. Eles reclamavam que  
266 o Governo não estava fazendo sua parte! Isso é verdade em muitos dos casos, mas também eles não  
267 estavam minimamente empenhados em evoluir naquela parte que eles “tocavam”! Então, houve uma  
268 renegociação muito grande. Há uma expectativa de R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) investidos no  
269 esgotamento sanitário nos próximos 5 (cinco) anos. Eu cito um caso específico, que é a Bacia do Rio Pina. Ali,  
270 a gente tem, na Região do Cabanga, uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) que recebe 40% (quarenta  
271 por cento) do esgoto da Cidade do Recife e devolve ao rio, esse esgoto com um nível de tratamento de 27%  
272 (vinte e sete por cento). Você não precisa ser engenheiro químico para saber que se você recebe um  
273 poluente e devolve 63% da carga poluente de volta para os corpos d’água, você não está fazendo coisa  
274 nenhuma! Esse novo arranjo que foi feito lá na Cabanga, elevou esse nível de tratamento para 90% (noventa  
275 por cento). Nós tivemos um evento da APAC esse ano e nos foi relatado o retorno de peixes à Bacia do Pina.  
276 Até a Governadora me cobrou que a gente fizesse um trabalho com a Universidade Rural para monitorar as  
277 espécies de peixes ali na bacia e estamos começando a tratar disso. Isso é importante! Recentemente,  
278 também foi inaugurado um sistema de tratamento de esgoto em Boa Viagem, e outro acho que ali na Região

279 do Cordeiro. Então, tem um investimento programado de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais)  
280 até fevereiro ou março desse ano, em termos de recuperação aqui na Região Metropolitana. É um retorno a  
281 um tipo de parceria que deveria ter dado certo antes, antes não estava dando certo, mas vamos fazer com  
282 que realmente isso siga se mantendo! Dentro do projeto que temos hoje, estabelecido com o Banco  
283 Mundial, consta também o fortalecimento da APAC (Agência Pernambucana de Águas e Clima). Tem  
284 diversas ações da APAC que foram implementadas lá dentro do projeto, como a melhoria dos seus sistemas  
285 de monitoramento. Uma ação muito importante, que aí é uma parceria entre a APAC e a Secretaria, são os  
286 Parques, nós chamamos de Janelas para o Rio, um instrumento que foi criado aqui em Pernambuco, uma  
287 “jabuticaba” pernambucana — não tem em canto algum do Brasil, com esse conceito integrado! Nós  
288 entregamos em Caruaru um parque fantástico, recentemente, e já conseguimos aprovar a construção do  
289 Janelas para o Rio na foz do rio Beberibe! Nós estamos trabalhando nos projetos e esperamos, ainda nessa  
290 gestão, entregar à população pernambucana um parque ambiental entre Recife e Olinda onde os rios  
291 Capibaribe e Beberibe se juntam para “poluir” o Oceano Atlântico. Essa é uma iniciativa importante que foi  
292 criada e que a gente quer expandir nesse contexto. Mas agora eu vou falar de algumas coisas que não estão  
293 aí, como algumas cobranças e débitos que reconhecemos perante o processo de gestão. Vou começar pela  
294 cobrança pelo uso da água. A cobrança em Pernambuco está muito madura, está pronta, estamos retocando  
295 vírgulas faz tempo, não é? Mas estávamos esperando o momento politicamente adequado para fazer isso!  
296 Nós tivemos diversas interferências nesse processo, que fizeram com que ainda não fosse possível levar a  
297 cobrança à frente. Mas temos já uma expectativa do Palácio de que, nos primeiros meses do ano que vem, o  
298 Projeto de Cobrança vá para a Assembleia Legislativa (ALEPE). A gente efetivamente vai colocar o processo  
299 da cobrança em andamento, pois a cobrança é muito importante para o nosso estado! Um outro ponto  
300 importante que tem sido cobrado aqui nesse Conselho é o Enquadramento dos Corpos d’Água, que a gente  
301 vai até tratar aqui um pouco dessa questão. Temos aqui uma proposta para o Conselho, para que nós  
302 possamos efetivamente avançar numa questão que já deveria ter sido resolvida, mas por divergências  
303 interinstitucionais, a gente não conseguiu avançar nisso! Então, esses eram os informativos que eu queria  
304 trazer aqui, inicialmente, para deixar explicado que nós não paramos, estamos trabalhando com muita força,  
305 de manhã, de tarde e de noite; as equipes são espalhadas pelo Estado de Pernambuco inteiro, é pouca  
306 gente para fazer muita coisa! Em todas as relações de infraestrutura e de gestão, nós temos buscado fazer o  
307 nosso melhor, mas sempre entendemos que é preciso melhorar cada dia mais, e isso passa por essas  
308 grandes ações, levantamento dos recursos, para que a gente possa efetivamente concretizar essas questões.  
309 Eu vou parar aqui a minha apresentação e vou começar aqui na nossa pauta”. **Alexandre Moura (DNOCS-**  
310 **Titular):** “Bom dia a todos! **Almir**, dentro de sua apresentação sobre sistemas relacionados aqui, uma das  
311 coisas que eu queria destacar era — e ainda acho que vai permanecer sendo sempre importante — a  
312 questão das cisternas! Dentro da apresentação não chegou a ser abordado, mas não era isso que eu queria  
313 trazer. Eu queria trazer uma proposta aqui para que esse Conselho pudesse se debruçar e saber se era  
314 interessante: a criação de um programa voltado à instalação de cisternas nas áreas urbanas. Até então, a  
315 gente sempre teve cisternas com foco na área rural. Diante do desenvolvimento da expansão das cidades —  
316 as cidades não vão parar de crescer e, se parassem, a gente teria uma projeção de investimento muito  
317 grande — acho que é necessário a gente pensar na instalação de cisternas com uma tecnologia para  
318 adaptação e convivência com a Região Semiárida. E essas cisternas urbanas seriam no sentido desses novos  
319 empreendimentos imobiliários, sejam eles os loteamentos privados, e também a questão dos  
320 empreendimentos governamentais e habitacionais. Então, eu queria deixar aqui registrada essa  
321 possibilidade desse Conselho vir a discutir, tendo em vista que a gente já levou essa mesma proposta para o  
322 encontro e também para o Conselho de Meio Ambiente do Estado de Pernambuco (CONSEMA). Eu queria  
323 aproveitar minha fala aqui para relembrar o que eu acho que muita gente se lembra: aqui em Pernambuco,  
324 antes dessa COP-30 (30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima), também aconteceu a  
325 COP-03, e foi no Centro de Convenções, e naquele momento o Ministro era o **Sarney Filho**. Foi naquela COP  
326 de 1999, que foi lançado o Programa “Um Milhão de Cisternas”, que também era uma articulação com a  
327 sociedade civil, que era o movimento da articulação do Semiárido. O que eu quero dizer é que naquela  
328 ocasião, em 1999, foi instalada uma cisterna símbolo, um marco desse Programa Nacional, no local do  
329 Espaço Ciência. E atualmente eu moro em Olinda, quando eu transitando vi a reforma que está para  
330 acontecer — já iniciada, na verdade, no local do Espaço Ciência. Eu fui ao local e aquela cisterna simples,  
331 que permanece lá, não foi atingida por essa reforma! E eu queria aqui sugerir que a Secretaria de Recursos  
332 Hídricos e de Saneamento (SRHS) pudesse, juntamente com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação  
333 (SECTI) — que é a responsável por aquela intervenção, cuja execução está sendo feita pela CEHAB  
334 (Companhia Estadual de Habitação e Obras), que a gente pudesse promover aquele espaço, onde tem a  
335 cisterna como um símbolo, um marco dessa política de reconstruir, voltada para as comunidades rurais.

336 Então, são essas duas questões. E mais uma só, a respeito da sua apresentação sobre as Janelas para o Rio:  
337 acho fantástica essa realização, é uma aproximação da sociedade, tanto com o rio — que muitas vezes está  
338 desvalorizado porque a sociedade não tem a vivência, e você pode fazer uma vivência junto ao rio. Mais  
339 uma coisa: na última reunião do COBH-Ipojuca, que foi em Bezerros, o que eu verifiquei, não só lá em  
340 Bezerros, mas em outras localidades — isso é uma observação minha — **é a falta de uma sinalização**  
341 **rodoviária**. E a rodoviária, eu falo a municipal, a estadual, como também a federal. Acho isso de importância  
342 para uma maior valorização desses espaços, que a gente providenciasse nesses próximos projetos essa  
343 atenção com a sinalização. Obrigado!” **Paulo André (Assoc. Fazenda Fieza-Titular)**: “A apresentação didática  
344 sobre a Universalização da Água me levou a lhe propor — já que o senhor já concluiu, pois o senhor  
345 começou em 1995 e concluiu agora — que eu acho muito difícil aceitar um novo desafio. O desafio que eu  
346 faço é uma revolução na governança das águas. Eu queria propor que as águas das barragens fossem usadas  
347 para uma regularização dos rios, da vazão dos rios. A água do São Francisco está chegando nas cidades e nas  
348 torneiras, graças à Deus. A água das barragens poderia, então, ser usada para regularização e levar água  
349 para os ribeirinhos, para aquelas pequenas comunidades, onde seria muito mais difícil chegar água  
350 encanada para eles. Se eles já têm problemas nas cidades com a rede de distribuição, imagine na zona rural!  
351 Então, essas barragens poderiam ser usadas para a produção da agricultura familiar, para a sobrevivência do  
352 camponês, ali na base dele. Essas outorgas que hoje são dadas à COMPESA deveriam, ao meu ver, ser  
353 regredidas para o uso dessa água, como agora em Jucazinho, aproximadamente 600 m<sup>3</sup>/s (seiscentos metros  
354 cúbicos por segundo), para a COMPESA distribuir, quando ela já tem a água de São Francisco. E aquela  
355 população precisando da água de Jucazinho, como é que fica, precisando de água para a vaca, para a  
356 pequena agricultura? Então, eu proponho essa revolução, que seria usar as águas da barragem para  
357 regularizar a vazão dos rios, principalmente os rios intermitentes — no meu caso em particular, a partir da  
358 Barragem de Poço Fundo. Então, você vê que Poço Fundo e Santa Cruz do Capibaribe não têm água. O rio  
359 está completamente morto porque não existe vazão, a água está sendo levada para a cidade. Já que a água  
360 do São Francisco chegou lá, e São Francisco sempre cuidou dos passarinhos, há que se deixar os passarinhos  
361 beberem a água do rio e o povo também. Obrigado!” **José Almir Cirilo (Presidente do CRH)**: “Alexandre, a  
362 política de implementação de cisternas no Brasil, no Nordeste Brasileiro, é uma política exitosa. A gente tem  
363 mais ou menos 1,3 milhões (um milhão e trezentos mil) de cisternas implantadas, e de todos os tipos. Houve  
364 uma evolução nas cisternas também para atividade produtiva, cisternas que originalmente eram destinadas  
365 ao abastecimento humano. Em alguns lugares, criou-se a tecnologia de cisternas que permitem a atividade  
366 produtiva. Isso é uma realidade no estado e no Nordeste como um todo. Primeiro, isso está na alçada da  
367 Secretaria de Agricultura. A agricultura tem trabalhado com essa questão, junto com a Articulação no  
368 Semiárido de Pernambuco (ASA-PE), todo aquele contexto de associações, e não dá para fazermos tudo. O  
369 trabalho tem que ser dividido, dentro do governo, entre diferentes Secretarias! Da mesma forma, a gente  
370 tem a ideia de avançar bastante na implementação das barragens subterrâneas. Está aí o Paulo, que foi um  
371 beneficiário, lá na frente, de uma barragem subterrânea que nós fizemos junto com a universidade à 20  
372 mãos — professores, alunos e proprietários do terreno. Bom, muito também pela influência do nosso  
373 decano das barragens subterrâneas, que está aqui ao nosso lado, o professor Waldir! Nós tivemos a  
374 intenção de também fazer um grande Programa de Barragens Subterrâneas espalhadas pelo Estado de  
375 Pernambuco, mas a gente chegou à conclusão de que faltam mãos! Falta capacidade, digamos, de atuar de  
376 forma local, pluralizada. Então, a gente deixou isso para a agricultura também! Mas temos a expectativa de  
377 que realmente eles avancem na questão das barragens subterrâneas. Eu costumo imaginar o seguinte: onde  
378 há água, as pessoas têm a necessidade e a expectativa de que haja um abastecimento regular. Então, por  
379 isso, nossos Sistemas de Saneamento e de Abastecimento Simplificado — quando são conectados às  
380 adutoras, quando têm uma barragem perto, o que a gente faz? Tem condição de fazer isso de forma  
381 adequada? Tem e vamos implementar, para que as pessoas se sintam como cidadãos! É ruim a gente falar  
382 em categorizar os cidadãos, mas se um cidadão de uma cidade que tem água todo dia pode ser chamado de  
383 cidadão de primeira categoria, por que o povo rural também não deve chegar a uma situação como essa?  
384 Olha, nessas andanças de entrega disso, sempre tivemos coisas fantásticas, experiências fantásticas, de  
385 pessoas — como uma senhora de 90 anos que disse para a governadora: “Eu jamais em minha vida imaginei  
386 que tomaria um banho de chuveiro na minha casa”. E, graças aos Sistemas Simplificados, ela teve essa  
387 oportunidade. Muitos desses têm uma situação até mais tranquila que a das nossas cidades. Então, como a  
388 água do São Francisco chegou em muitas regiões e na proximidade dos canais ou das adutoras, você tem a  
389 obrigação de fazer com que as pessoas tenham um atendimento adequado. Esse é o primeiro nível. O  
390 segundo nível — quando não é possível chegar a esse estágio — é ter um dessalinizador, para a população  
391 mais difusa que pode agregar e fazer uso daquela água, ou uma barragem subterrânea. E a última fronteira  
392 de abastecimento da água é a cisterna rural. É uma obra que precisa de pouca coisa e só depende da chuva.

393 Mas se tem uma coisa, **Alexandre**, que está desvirtuando essa política, é o carro-pipa. Porque a gente tem  
394 visto — andando pelo interior afora, e inclusive em uma recente reunião com o Exército — que o carro-pipa  
395 deposita água nas cisternas. Muitas pessoas que eu cheguei a ver, desmobilizam o sistema de captação de  
396 água de chuva, porque ali eles querem agora ter água para diversos usos, enquanto que a cisterna não  
397 permitia, pela quantidade pequena — que você tivesse água para tomar um banho, lavar as roupas, etc.  
398 Então, esse é um desvirtuamento da política, nesse contexto. Mas eu acredito na importância de que ela  
399 continue sendo mantida, porque é a última fronteira! Tem gente que não tem outra fonte e precisa  
400 realmente aproveitar a água da chuva. Sobre o uso de cisternas na Região Rural, temos notícias de outros e  
401 diversos estados que têm colocado isso na sua Política de Drenagem Urbana, estimulando a população a  
402 fazer cisternas como uma forma de conter a água na época do inverno e evitar sobrecarregar o Sistema de  
403 Drenagem. Estimular de que forma? Dando desconto no IPTU, por exemplo, de maneira que a pessoa possa  
404 ter um retorno econômico nesse processo. A cidade de Porto Alegre é o exemplo mais amadurecido dessa  
405 política e eu acho que essa ideia é boa! A gente pode, depois, trabalhar aqui no Conselho para levar isso às  
406 prefeituras. Não sei de que forma a gente pode interferir, porque a Drenagem Urbana é competência das  
407 Prefeituras, mas levar isso como uma política que vai além de conter as águas de drenagem, é claro. Se você  
408 perguntar em Caruaru, se você perguntar às pessoas quem é que tem cisterna em casa, todo mundo que  
409 tenha dinheiro suficiente vai fazer uma cisterna. Porque, ao longo dos anos, pela falta d'água, se acostumou  
410 a fazer isso. E não só em Caruaru mas todas as cidades do nosso Semiárido convivem com essa intermitência!  
411 Mas, especificamente, com uma política nova, acho que é a gente copiar, aprender um pouquinho com o  
412 povo do Rio Grande do Sul, por exemplo, que nem deu certo no final. Não é que não deu certo, mas imagina  
413 se eles não praticassem isso, o que teria acontecido se as cidades fossem destruídas ao longo desses anos  
414 recentes? **Paulo**, sobre a questão de usar nossas barragens como instrumentos de perenização de rios: Isso  
415 é algo que todo mundo, todo produtor do Semiárido pede. Deputados batem em minha porta todos os dias  
416 dizendo: “por que nós não vamos usar a barragem A, B ou C como barragem de perenização?” Aí tem um  
417 problema que remete àquilo que eu falei que a culpa é de Dom Pedro I. É que nós, normalmente, não  
418 conseguíamos acumular nas barragens água suficiente para garantir uma vazão de suporte à agricultura  
419 irrigada. Em certos pontos, a Barragem de Serrinha tem essa função, ela pereniza certos trechos ao longo do  
420 Rio Pajeú, porque as pessoas produzem ao longo do Pajeú. Agora, é um desafio para a gente, porque essa  
421 água é cara e se os agricultores não se dispuserem a pagar pela água, o sistema não vai funcionar. A gente já  
422 paga hoje um valor significativo, que vai crescendo e a expectativa é que, daqui a quatro anos, ele chegue a  
423 aproximadamente R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais). É uma conta de algumas centenas de  
424 milhões de reais, que a gente vai ter que pagar por ano pela água do São Francisco! Hoje, a gente está  
425 pagando pouco, porque houve um pacto que está sendo escalonado. Para que os estados não tenham um  
426 impacto grande, nós estamos pagando pouco e, gradativamente, essa conta irá crescer. Aí, veja, se os  
427 agricultores não entrarem na conta, isso não se sustentará! Essa é uma barreira que a gente tem para esse  
428 planejamento. A Governadora determinou que um dos nossos próximos passos seja fazer uma parceria com  
429 o Banco Mundial para a expansão da agricultura irrigada no Sertão Pernambucano. Nós estamos preparando  
430 uma Carta Consulta para o Banco Mundial de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), destinada a  
431 replicar algumas questões de sucesso que a gente tem ali na beira do rio, subindo para dentro do nosso  
432 interior do Sertão, a fim de ampliar essas fronteiras agrícolas. Por que não no Agreste? Porque a gente não  
433 tem. Veja, você falou: “Mas não tem água do São Francisco, então por que é que não liberam o Jucazinho  
434 para a agricultura?” Pode ser que, em algum momento no futuro, a gente tenha essa segurança hídrica, mas  
435 hoje a gente não tem. Hoje, o São Francisco vai ser complemento, mas a gente precisa ainda aproveitar as  
436 reservas locais para fazer com que esse balanço hídrico seja equacionado. Mas há uma boa expectativa  
437 crescente dentro da Bacia do São Francisco de que a dependência da água de São Francisco, com a geração  
438 de energia, vai cair — e vai caindo por força das fontes alternativas que cada vez são mais fortes no  
439 Nordeste. Tanto é que a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) já está olhando a  
440 possibilidade de dobrar a outorga do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF), e isso vai permitir  
441 que a gente tenha essa prática potencialmente presente no Sertão, por conta de São Francisco”. **Paulo**  
442 **André (Assoc. Fazenda Fieza-Titular)**: “A perenização de que eu falo não é água corrente, é a água que  
443 sempre existiu no rio — a regularização da água subterrânea que vai estar ali, até ajudando as barragens  
444 subterrâneas a manter aquela água. Não quero falar da perenização do Rio São Francisco correndo aqui em  
445 Pernambuco. Seria, historicamente, sobre aquela agricultura que sempre foi feita ali. Então não seriam  
446 também projetos agrícolas; seria a agricultura de subsistência daquele ribeirinho que vê a água chegar do  
447 São Francisco para a cidade e que vai ser obrigado a se mudar do campo para lá. Seria somente isso: a  
448 pequena agricultura familiar, que já existia ali, e o abastecimento daquelas pessoas que não têm, por  
449 questão de custo, encaiação no terreno, na propriedade deles. Seria deixar o rio correr, como

450 historicamente correu, e regularizado, teria um pouco mais de água de subsistência nele, mas não  
451 perenizado de uma maneira que pudessem passear de barco". **José Almir Cirilo (Presidente do CRH):** "Veja,  
452 fora os poucos dias do ano onde as chuvas são mais intensas — e em poucos anos — quando é que o rio  
453 corre? O que corre é esgoto. Essas mudanças de clima têm desestabilizado aquele histórico que a gente  
454 tinha no passado, de rios mais ou quase perenes, ao longo da nossa bacia hidrográfica. Isso mudou  
455 radicalmente com o tempo. Mas, veja, eu não descarto que um dia, quando a gente conseguir fazer com que  
456 as nossas cidades sejam atendidas adequadamente com fontes seguras — como o São Francisco, como a  
457 água da Transposição da Mata Sul — a gente possa ter um olhar adequado para produzir a pequena  
458 agricultura nos modos que você está falando, por exemplo, em Jucazinho. Essa é uma possibilidade que não  
459 deve ser descartada, mas não é de curta expectativa". **José Carlos Queiroga (CTPPP-FIEPE):** "Bom dia. Penso  
460 que o Conselho pode estabelecer ou criar um dispositivo, uma forma, uma sala, seja virtual, seja presencial,  
461 para acolher solicitações de necessidades, eventualmente ocorrendo em alguma parte do território do  
462 estado sobre os mais diversos aspectos que sejam possíveis de serem solicitados ao Conselho. Eu não vou  
463 pedir um detalhamento disso, porque não faz sentido. Eu tenho a impressão de que essa discussão sobre  
464 detalhes não cabe numa reunião como esta, que é mais deliberativa e operacional. Penso que podemos criar  
465 um espaço onde essas coisas cheguem e sejam examinadas com mais calma e, tecnicamente, os aspectos  
466 técnicos, financeiros, administrativos, etc. Então, eu tentei colocar isso na minha consideração. Eu acho que  
467 não é errado, mas o Conselho pode constituir algo nesse sentido. Até lembrando que o estado tem um  
468 programa que ele chama de Ouvir para Mudar, ou algo nesse estilo, para captar demandas na população,  
469 em todos os seus níveis, para que o Conselho examine a viabilidade, as diversas viabilidades e,  
470 eventualmente, distribua para alguém que possa estudar mais profundamente o problema e trazer para  
471 diante. Eu não peço muita explicação, não. Eu vou terminando assim, porque o tempo está muito escasso."  
472 **José Almir Cirilo (Presidente do CRH):** "Eu até reconheço que eu me empolguei um bocadinho em fazer a  
473 narrativa dos Recursos Hídricos do estado neste ano — essa tem sido uma prática nossa, de em todas as  
474 reuniões, fazermos primeiro um panorama da situação da água no estado. Mas tudo bem, vamos seguir em  
475 frente! Agora, no detalhamento da pauta, há um ponto importante. Eu vou passar para o Secretário  
476 Executivo, **Celso Agra**, para conduzir a sequência dos assuntos que a gente vai discutir aqui. O primeiro  
477 assunto sobre o qual a gente vai falar é a questão do Enquadramento dos Corpos d'Água, em cima de um  
478 propósito que já existia, apresentado aqui no Conselho anteriormente, sobre o qual a gente precisa fazer  
479 algumas considerações." **Márcia Alcoforado (UFPE-Titular):** "Bom dia à todos! Eu pensei que você ia falar  
480 um pouquinho mais sobre a gestão do PISF. Mas, assim, eu tenho ciência de que tem uma Lei Estadual —  
481 pelo menos a gestão do PISF, no estado — e toda a parte de alocação, demanda e operacionalização será  
482 feita pelos órgãos gestores, a APAC, a SRHS e a COMPESA. Eu confesso que vi há pouco tempo essa Lei. Eu  
483 queria citar também a questão do último relatório do Banco Mundial, que fez uma análise de como é que  
484 está a nossa Lei, como é que a gente está implementando ela, quais são os gargalos, quais são os problemas  
485 que a gente está tendo na implementação da Política Nacional dos Recursos Hídricos. Um dos pontos  
486 levantados foi justamente em cima da alocação. Dentro dos Planos de Bacias — que a princípio, a alocação  
487 deveria estar lá, a alocação integrada, a visão de como distribuir essa água de uma forma que realmente  
488 maximize o bem-estar social e econômico e garanta, claro, a equidade, a justiça social, os direitos humanos,  
489 mas que entre os setores se faça essa maximização da possibilidade com aquela água — um dos problemas  
490 é exatamente que esses planos não estão cobrindo essa alocação previamente, que seria uma oportunidade  
491 de, dentro dos Comitês, fazer essa pactuação, essa negociação. Então, a gente está assistindo coisas como,  
492 por exemplo, o Jucazinho — houve um Marco Regulatório da ANA agora há pouco — e realmente não foi  
493 cumprido, acabou não sendo cumprido o que tinha sido determinado no Marco Regulatório desde 2020. O  
494 processo foi um pouco diferente do que tinha sido colocado lá, os limites que tinham sido colocados. Eu  
495 estou dando esse exemplo para resumir que a literatura internacional fala que essa gestão de água precisa  
496 de uma pactuação, uma negociação, uma participação, porque a questão só é identificada ou determinada,  
497 e às vezes é mais difícil de ser cumprida. Me preocupa muito a questão de como será feita essa alocação na  
498 mão, sem ter essa participação, sem ter essa escuta de toda a sociedade. Eu fico muito tranquila enquanto  
499 você está aí e as pessoas todas que compõem, pois são vocês que estão nos órgãos gestores fazendo essa  
500 distribuição, mas me preocupa o fato de que órgãos gestores mudam, afinal de contas, são ocupados por  
501 governos. Então, me preocupa muito essa questão e eu queria ouvir um pouco de você sobre isso, sobre  
502 essa alocação, principalmente do PISF, que vai cruzar bacias. Vai ficar muito difícil de se fazer a discussão por  
503 bacia dessa alocação, dessa distribuição, sem a participação dos organismos colegiados, sem a participação  
504 da sociedade". **José Almir Cirilo (Presidente do CRH):** "Márcia, bem, não tem plano ou programação de uso  
505 que você consiga sustentar na hora que um reservatório ou que todos os reservatórios da região secam! A  
506 gente tem anos e anos consecutivos de pluviosidade baixa, que é o que acontece ali na região. É um tempo



507 muito difícil, no que diz respeito ao se olhar um manancial. As regras existem, temos visto a participação da  
508 APAC com a COMPESA, por exemplo e isso funciona muito bem para um rio como Pirapama. Nós tivemos  
509 momentos muito sérios aqui na Região Metropolitana, em 2012, porque Pirapama estava começando a  
510 operar e ia secar e por conta disso cronogramas muito estreitos de uso da água foram estabelecidos. Já com  
511 a programação feita com modelagem, a gente consegue recuperar o manancial e atender plenamente às  
512 demandas. Aí funcionou, mas, em casos como o do Juczinho, quando seca tudo, a única expectativa que  
513 tinha para as cidades era, efetivamente — enquanto a infraestrutura que a gente está lançando hoje não se  
514 concretiza — o uso de carro-pipa para ir atendendo. Mesmo assim, houve um esforço da COMPESA  
515 ampliando os racionamentos que fez com que o reservatório que deveria secar em junho chegasse até o  
516 momento. Então, até o momento, a gente tem conseguido segurar o manancial, mas são anos e anos  
517 seguidos de falta de chuva nesta região. Então, esse planejamento não tem tido condição de ser  
518 implementado. Sobre o São Francisco: primeiro, eu vou registrar que a maior parte da água do São Francisco,  
519 hoje, é para consumo humano e das cidades — está lá, bem especificado! Hoje, nós temos um pouco mais  
520 de 5 m<sup>3</sup>/s (cinco metros cúbicos por segundo) de água que já sai canalizada — e é o que está sendo usado  
521 para atender as cidades. Mas há um excedente, porque a gente ainda não consegue utilizar todo o potencial  
522 dos 26,5 m<sup>3</sup>/s (vinte e seis metros cúbicos e meio por segundo) nos diversos estados, que têm sido  
523 autorizados pela ANA nas discussões para projetos hidroagrícolas de pequena dimensão. Está desorganizado  
524 ainda? Está, sim, totalmente! Tanto é que eu falei que, na hora em que a gente tiver a conta pesada para  
525 pagar, essa gestão terá que ser muito melhorada porque ela não se sustenta. E há uma expectativa, como eu  
526 falei, de que, com a redução da dependência do Rio São Francisco, a gente possa vir a ter mais água. Aí, mais  
527 ainda, o processo de alocação tem que ser muito bem planejado para que a gente possa, efetivamente,  
528 tornar isso efetivo. Tem uma diretoria na APAC que foi criada para isso e é ela que, hoje, atende ou não às  
529 demandas localizadas para fins de produção dentro da bacia. Nós temos a expectativa de, efetivamente,  
530 aprimorar isso e, com a cobrança pelo uso da água, será o primeiro momento, porque já usaremos os  
531 instrumentos e até os parâmetros de cobrança como os primeiros indicadores de como praticar essa  
532 alocação. Vou passar a palavra para **Celso Agra**, que dará continuidade à pauta”. **Celso Agra (Secretário**  
533 **Executivo do CRH):** “Bom dia à todos! O primeiro ponto das deliberações é a aprovação da ATA do livro da  
534 67ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual, que foi realizada no dia 11 de setembro de 2025. Alguém tem  
535 alguma coisa a acrescentar? Podemos já declarar aprovada? Como ninguém se manifestou contrário, está  
536 aprovada a ATA da LXVII Reunião Ordinária do CRH, do dia 11/09/2025 (Ata da reunião anterior). Vamos  
537 para o segundo ponto, a discussão e definição do Calendário das Reuniões Ordinárias do CRH para 2026 e as  
538 formas de realizações (se serão presenciais ou virtuais). Então, sei que todos vocês receberam todos estes  
539 documentos na Convocação para esta reunião. Alguém tem algum reforço a fazer? Ficaria: a primeira  
540 Reunião Ordinária no dia 27 de março de 2026 (numa sexta-feira); a segunda reunião para o dia 11 de junho  
541 de 2026 (que será uma quinta-feira); a terceira reunião, no dia 10 de setembro de 2026 (numa quinta-feira)  
542 também; e a última no dia 10 de dezembro de 2026 (numa quinta-feira), também. Como sempre, nós  
543 realizamos a proposta de 04 (quatro) Reuniões Ordinárias todos os anos — conforme dispõe o Regimento-  
544 CRH. Está aí no slide, na tela, a Proposta do Calendário/2026! Como não houve manifestação contrária,  
545 então podemos declarar como aprovado o Calendário das nossas Reuniões Ordinárias para 2026, nas datas:  
546 27/março, 11/junho, 10/setembro e 10/dezembro — todas serão realizadas de forma remota, exceto a  
547 última, que será realizada presencialmente. Vamos agora para as Homologações: primeiro, a Homologação  
548 do Plano Hidroambiental (PHA) do COBH-Metropolitano Sul, a solicitante foi **Ana Paula Nascimento**  
549 (Presidente do COBH-Metropolitano Sul) — que não está presente, mas todos vocês também receberam  
550 este documento. Podemos homologar? Então, sem manifestação contrária, está homologado pelo CRH, o  
551 Plano Hidroambiental (PHA) do COBH-Metropolitano Sul. Agora os documentos oriundos da Câmara  
552 Técnica de Assuntos Legais e Institucionais (CTALI): Homologação do Parecer Técnico CTALI nº 05/2025,  
553 sobre a aprovação dos Planos de Aplicações dos Recursos do FEHIDRO para 2026 (da APAC e da SRHS).  
554 Todos também receberam este documento na Convocação-CRH e o Conselheiro **Arthur de Sousa Leão** (da  
555 FAEPE) foi o Relator deste Parecer. Podemos colocar como Homologado este Parecer dos Planos de  
556 Aplicação dos Recursos do FEHIDRO/2026? Sem manifestações contrárias, estão homologados e aprovados  
557 os Planos de Aplicações dos Recursos do FEHIDRO para o ano de 2026 (da APAC e da SRHS). Vamos agora  
558 para a Homologação do Parecer Técnico CTALI nº 06/2025, sobre o Auto de Infração com Advertência Nº  
559 001/2024/NSB, em que a Compesa é a Recorrente, sobre a Barragem Rego. **Newton Fossati** (da SEMAS/PE)  
560 foi o Relator deste Parecer, porém não está presente nesta reunião, mas a Sra. **Márcia Freire** — Suplente do  
561 Relator, na CTALI quer falar.” **Márcia Freire (CTALI-SEMAS/PE):** “Não tem muito o que falar, porque o  
562 Parecer já foi avaliado pela CTALI. E é basicamente uma questão do Auto de Infração que está sendo  
563 questionado sobre o risco da Barragem do Rego, que a Compesa alega que não pode apresentar, ou não vai

564 apresentar, ou não tem necessidade de apresentar o Relatório de Inspeção de Segurança Especial (ISE),  
565 tendo em vista que ela vem acompanhando a barragem periodicamente e concluiu que não há riscos na  
566 barragem. Porém, a APAC alega que há um risco alto! A relatoria basicamente é para informar que não pode  
567 a COMPESA, independentemente de qualquer que seja o argumento dela, dizer que não vai cumprir a  
568 determinação da APAC, porque o direito coletivo se sobrepõe sobre o direito individual. A APAC tem o  
569 direito de querer que o Auto de Infração seja cumprido e o pressuposto da legalidade está dentro de todos  
570 os princípios norteadores do Auto de Infração.” **Celso Agra (Secretário Executivo do CRH):** “Então podemos  
571 colocar esse Parecer Técnico de **Newton Fossati** como homologado? Como não houve nenhuma  
572 manifestação, colocamos como homologado o Parecer Técnico CTALI nº 06/2025, sobre o Auto de Infração  
573 com Advertência Nº 001/2024/NSB, referente à Barragem Rego. Vamos passar agora para as  
574 Homologações da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CTAS): Parecer Técnico CTAS nº 02/2025,  
575 referente à solicitação do Ofício da Cooperativa de Trabalho de Mineração União do Pajeú (COOMUPA),  
576 sobre extração de areia no leito do Rio Pajeú. Todos também receberam esse parecer na Convocação-CRH!  
577 **Waldir Filho (SGB/CPRM-PE-Titular):** “Este documento já passou pela CTAS, já foi aprovado lá e eu acho que  
578 já foi para a APAC. Ela é uma demanda de isenção de outorga, de exploração de areia em leito de rios,  
579 porque a outorga, na verdade, é nacional e feita pela Agência Nacional de Mineração (ANM). Eles pediram  
580 essa liberação e fizeram um parecer que, inclusive, embasou outro item da Pauta-CRH — que seria a  
581 revogação de uma antiga Resolução CRH.” **Celso Agra (Secretário Executivo do CRH):** “Como não houve  
582 manifestação, podemos colocar como aprovado o Parecer Técnico-CTAS, do nosso amigo **Waldir Filho**? Ok,  
583 está homologado e aprovado o Parecer Técnico CTAS nº 02/2025, referente à solicitação do Ofício da  
584 COOMUPA, sobre a extração de areia no leito do Rio Pajeú. Agora, analisaremos o regulamento da CTAS,  
585 que também foi previamente avaliado pela CTALI. Todos também receberam o Regulamento da CTAS na  
586 Convocação-CRH. Assim sendo, como não houve manifestações, podemos colocar como homologado e  
587 aprovado o Regulamento da CTAS. Agora, vamos deliberar a aprovação das Minutas de Resoluções do  
588 Conselho — a primeira, oriunda da CTALI: a Resolução CRH, que aprova o Plano de Aplicação dos Recursos  
589 do FEHIDRO para 2026, de **Arthur Sousa Leão**.” **Arthur de Sousa Leão (FAEPE-Titular):** “Essa é a Resolução  
590 do Plano do FEHIDRO para 2026, que foi devidamente discutida na CTALI e aprovada por unanimidade!  
591 Diante disso, foi trazida aqui para o Pleno e enviada para todos os Conselheiros na Convocação-CRH. Dessa  
592 forma, solicitamos a aprovação dessa Resolução-CRH.” **Celso Agra (Secretário Executivo do CRH):** “Não  
593 havendo manifestação, colocamos como aprovado o Parecer Técnico sobre Aprovação do Plano-  
594 FEHIDRO/2026 (Apac+SRHS). Vamos agora para a resolução da CTAS, de **Waldir Filho**, a Minuta de  
595 Resolução-CRH, que dispõe sobre os Testes de Bombeamento. Com a palavra, nosso coordenador.”  
596 **Waldir Filho (SGB/CPRM-PE-Titular):** “Essa resolução já está vigendo há muito tempo, desde 2005,  
597 eu acho, mas os membros sentiram necessidade de uma atualização, até mesmo por demanda da  
598 própria APAC, para definição principalmente de conceitos. Nós fizemos uma proposta de alteração  
599 em 2024, mas em 2025, neste ano, retomamos, reapreciamos e finalizamos uma proposta que está  
600 aí presente — também foi distribuída para todo mundo — onde altera principalmente o Anexo I,  
601 que são os conceitos, que era muito demandado pela própria APAC. Mas o Anexo II, que é o  
602 relatório padrão, continua da mesma forma. Inclusive, **Celso**, uma vez aprovado, pensando em  
603 minimizar custos, seria interessante não levar esse anexo para publicação no Diário Oficial, porque  
604 ele está vigendo e é a mesma coisa. Então, teria que ver com o jurídico uma forma de não publicar  
605 novamente isso aí, porque esse Anexo II vai gerar muito custo.” **Celso Agra (Secretário Executivo**  
606 **do CRH):** “Existe alguma manifestação em contrário? Podemos dar como aprovada a Minuta de  
607 Resolução-CRH, que dispõe sobre os Testes de Bombeamento. **Waldir Filho**, nós não vamos  
608 publicar, mas vamos colocar no site. Nós temos uma aba dentro do site da Secretaria, onde estão  
609 as resoluções que foram aprovadas no Conselho, então ela estará nos anexos. Assim sendo,  
610 declaramos como aprovada. Agora vamos para a Minuta de Resolução-CRH, que REVOGA a Resol.CRH  
611 nº 02/2017, sobre extração de areias em aluviões.” **Waldir Filho (SGB/CPRM-PE-Titular):** “Essa  
612 resolução foi onde eu citei o caso da COOMUPA, que solicitou a isenção de outorga da exploração  
613 de areia e foi demandada pela APAC. O que ocorreu aí? Nós temos uma resolução do Conselho  
614 Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA), da qual a Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH) se  
615 baseia para emitir as licenças, e temos a resolução pelo nosso Conselho de Recursos Hídricos, onde  
616 a APAC daria outorga por essa atividade de extração de areia em leitos de rios. Só que aí, quando a  
617 APAC foi para a prática de dar uma outorga — no caso, uma isenção — ela foi para a legislação,

618 tanto do CRH quanto do CONSEMA, e verificou que teria que solicitar muita coisa  
619 desnecessariamente; até porque a outorga não é devida à APAC, que é do Estado, mas sim à ANM,  
620 que é Federal. Então, nós reavaliamos essa resolução do CRH e propusemos — foi aprovada por  
621 unanimidade, tanto na CTAS quanto na CTALI, que passou por lá — a revogação desta resolução  
622 estadual; e também para que o CRH propusesse dois itens ao CONSEMA, para que fosse alterada a  
623 resolução dele, incluindo esses dois itens.” **Paulo André (Assoc. Fazenda Fieza-Titular):** “**Waldir Filho,**  
624 já imaginou tirar a areia da barragem que o Professor **Almir** fez no Rio Capibaribe? O que é que vai  
625 sobrar para nós? A ANM vê a questão mineral, mas isso aqui é questão hídrica. E também não vê a  
626 questão social, inclusive. Então, dando essa liberdade de tirar essa areia, por menos que seja, por  
627 metade que seja, isso faz uma falta tremenda na barragem feita lá no leito seco do Rio Capibaribe  
628 pelo Professor **Almir Cirilo** e outros. Eu sou terminantemente contra qualquer alteração que seja  
629 nesta resolução. Lutamos por tantos anos para conseguir chegar naquela resolução, tanto do  
630 CONSEMA como do CRH, para revogar isso agora e deixar que haja uma exploração daquela areia.  
631 Eu acho que isso é matar não só os rios, mas a população ribeirinha que ali está sem água de São  
632 Francisco, de chuva, de nada. Então, eu sou, como cidadão — mais que como conselheiro —  
633 terminantemente contra! Essa é minha posição e peço que os outros conselheiros me  
634 acompanhem.” **Alexandre Moura (DNOCS-Titular):** “Minha abordagem vai nessa mesma direção  
635 do **Paulo**, com a preocupação desse processo de anulação de uma resolução em que se foi  
636 debruçado um esforço muito grande por muito tempo. Eu não sei se é isso que compreendi: uma  
637 solicitação de outorga, para extração de minerais. Se viu essa dificuldade ou essa incompatibilidade  
638 quanto ao pedido, e aqui a gente estaria solicitando a anulação de uma resolução. A minha  
639 pergunta também é sobre o pedido de alteração da resolução do CONSEMA. Eu acredito que  
640 qualquer discussão sobre anulação de uma resolução deva ser feita no mesmo processo, e talvez  
641 ainda mais longa, numa discussão mais aprofundada, porque foram muitas discussões baseadas em  
642 trabalhos técnicos e pareceres. Eu acho muito temerosa essa forma de anularmos uma resolução  
643 sem uma discussão mais aprofundada. Então eu também me coloco, em princípio, contrário a essa  
644 decisão aqui para ser votada.” **Clênio Torres (GROC-APAC-Titular):** “**Paulo**, é importante contar um  
645 pouco da história disso aí, que não caiu do nada. Essa resolução foi feita a várias mãos, muitos anos  
646 atrás, e foi levada para o CONSEMA, certo? De lá criaram essa resolução para ser executada. O que  
647 ocorreu é que a APAC, tentando resolver a inexecutividade daquela resolução do CONSEMA que  
648 também estávamos utilizando, resolveu fazer uma resolução à parte. Mas essa resolução da APAC,  
649 que na verdade é da CRH, é totalmente condizente com a do CONSEMA. Então, o que está se  
650 propondo aqui é que não existam essas duas resoluções para não haver incongruência no processo  
651 entre CPRH e APAC. A resolução que vai deixar de existir é uma resolução que está somente  
652 reproduzindo o que tem na ambiental. E a licença ambiental continua tendo toda a análise como  
653 sempre teve, mas vai deixar de ter essa incongruência; ou seja, a licença ambiental sai à luz da  
654 resolução do CONSEMA e a APAC, às vezes, tem outro entendimento. Então gerou-se aí um conflito  
655 de análise de órgãos públicos, que deveriam trabalhar juntos. Na verdade, o que está se propondo  
656 aqui é que seja feita uma parceria, onde a CPRH irá analisar à luz ambiental e aí vai entrar tudo isso  
657 que você está dizendo — que compete especificamente à natureza jurídica do instrumento  
658 utilizado pela CPRH, que é de licença. Então, é um ato vinculado, que preenche todos os requisitos  
659 e, à luz da análise que cabe à CPRH, ela vai outorgar. Nessa análise da CPRH vai ter tudo isso que  
660 você está dizendo: se ali tem uma barragem subterrânea, uma sociedade vivendo daquilo, isso  
661 tudo continuará sendo levado em consideração. E aí será emitida a outorga, cuja natureza jurídica é  
662 discricionária, um ato que vai ‘outorgar’ o uso de um bem público — onde há um conflito inclusive  
663 com a Legislação Federal, que dá ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) a  
664 competência para poder emitir a outorga de uso da areia. Para evitar todo esse conflito e toda essa  
665 incongruência, muitas vezes ilegal, é que a gente optou por isso. Ou seja, a gente vai dar a outorga,  
666 à luz da análise da licença ambiental, e que vai entrar todo esse contexto que você está falando.  
667 Não vai deixar de existir a resolução. Tudo que está nessa resolução continuará existindo dentro do  
668 CONSEMA. Absolutamente tudo.” **Paulo André (Assoc. Fazenda Fieza-Titular):** “**Clênio**, muito bem  
669 explicado, mas eu prefiro pedir vistas desta resolução e consultar os anciãos, os pajés, professor

670 **Waldir** e professor **Almir**, que participaram dessa elaboração. Como falou **Alexandre**, foram anos  
671 tratando desse assunto, então, eu acho que é um tópico muito difícil para nós aprovarmos numa  
672 pequena reunião como essa. Eu prefiro pedir vista e consultar os anciãos que participaram daquela  
673 primeira resolução.” **Clênio Torres (GROC-APAC-Titular)**: “Eu não tentei convencer, apenas tentar  
674 explicar a história do processo.” **José Almir Cirilo (Presidente do CRH)**: “Só uma questão conceitual  
675 e histórica. Eu me lembro que houve um trabalho muito importante feito por um conselheiro daqui,  
676 o professor **Ricardo Braga**, que avaliou, durante um bom tempo, ali mesmo na região do Rio  
677 Capibaribe, o impacto que a retirada da areia provocava sobre os aquíferos. Às vezes eles são  
678 naturais, e quando são deplecionados, a água fica ali retida e eles ficam sem uma fonte de  
679 suprimento. Por outro lado, há o argumento, por exemplo, em alguns lugares, do controle de  
680 cheias. O sedimento em determinadas regiões vai se acumulando e diminuindo a capacidade de  
681 armazenamento de água, desse modo sendo prejudicial. Cabe à inteligência da sociedade descobrir  
682 até que ponto é razoável ou não retirar areia. Infelizmente, a gente sabe que é uma atividade  
683 produtiva mas absolutamente predatória, sem controle. A gente vê isso quando vai construir  
684 barragens, carros e caminhões de areia sendo retirados diariamente do leito dos rios, é assim fica  
685 difícil estabelecer um equilíbrio. Eu entendo, **Paulo**, a sua preocupação e concordo com ela, mas  
686 ela precisa ser vista de uma maneira ampla, e eu acho que a grande questão é como **Clênio**  
687 levantou. De fato, cabe a vocês, conselheiros, analisar direitinho se essas preocupações todas estão  
688 sendo expressas na legislação que está aí ou não, e se os aquíferos serão protegidos ou não. Esse é  
689 o espírito do processo. É justa a preocupação e esperamos que essa análise seja mais detalhada.  
690 Acho que o pessoal da APAC pode ajudar bastante na análise, assim como os conselheiros e os  
691 anciãos.” **Celso Agra (Secretário Executivo do CRH)**: “Após o pedido de vistas, eu gostaria que  
692 constasse em ata o pedido de vista do conselheiro **Paulo André**. Depois, **Paulo**, prepare um parecer  
693 para ser incluído na próxima reunião da CRH, que será realizada em 27 de março de 2026. Seguindo,  
694 vamos para a minuta de resolução referente às competências da CTAS.” **Waldir Filho (SGB/CPRM-  
695 PE-Titular)**: “A CTAS, assim como a CTPPP, elaborou minutas de resolução das competências de  
696 nossas câmaras. Nós verificamos que a resolução da CTAS vigente hoje é de 2006, onde temos  
697 somente 4 (quatro) atribuições e nosso regulamento, que já foi homologado aqui agora, que  
698 passou pela CTALI também, foi aprovado. Nós ampliamos para 15 (quinze) competências,  
699 atualizamos nossa respectiva resolução de atribuições de competências da câmara e trazemos aqui  
700 para aprovação.” **Celso Agra (Secretário Executivo do CRH)**: “Todos receberam as competências da  
701 CTAS, então, sem objeções, podemos declarar como aprovada a Minuta de Resolução-CRH,  
702 referente às Competências da CTAS. E sobre a questão das vistas, **Paulo**, nós estamos com o  
703 representante **Evaldo** da COOMUPA aqui presente, e ele gostaria de dar uma palavrinha sobre essa  
704 questão dos aluviões.” **Evaldo Genuíno (COOMUPA-Presidente)**: “Bom dia! Infelizmente, eu pedi a  
705 palavra aqui e agradeço pela oportunidade, porque essa discussão é muito severa. Eu gostaria que  
706 vocês levassem em conta o desenvolvimento de uma região. Começamos esse processo há  
707 aproximadamente três anos, atrás de licenças para podermos trabalhar legalizados na retirada da  
708 areia. E com esse trabalho, ficamos justamente parados na APAC, devido a essa legislação, mesmo  
709 fazendo tudo que a legislação pede. Como o rapaz ali já pediu, ele está querendo só tirar uma parte  
710 da responsabilidade, que não vai alterar isso que vocês assinaram da CONSEMA. Então, eu queria  
711 que essa vista, se pudesse, fosse revogada e entendessem a explicação que **Waldir Filho** deu ali.  
712 Porque estamos em uma região que é do Pajéu, que vai de Serra Talhada até Itapetim. Estamos  
713 tendo fiscalização constante da CPRH, do IBAMA e outros órgãos. E a gente tem uma atenção  
714 muito grande, porque o principal desenvolvimento dessa região é a areia. Só que o uso dessa areia  
715 foi autorizado pela cooperativa que foi criada através do deputado **José Patriota** para justamente  
716 fazer a legalização, trabalhando dentro da normalidade dos itens que foram criados nessa  
717 legislação. Com isso, nós nos comprometemos a fazer a recuperação das margens do rio e ao  
718 mesmo tempo, passar o órgão fiscalizador do IBAMA e CPRH. Porque já conseguimos a autorização  
719 do IBAMA, CPRH, ANM mas estamos enganchados na APAC por causa dessa legislação. Temos que  
720 ver como vamos fazer, porque na cooperativa temos uma previsão de entrar com 80 caçambeiros  
721 nessa região e todo o desenvolvimento de construção civil é baseado na areia. Passamos um mês

722 parados, foi um caos em toda a região e até hoje lidamos com esse problema, dependendo dessa  
723 autorização. Eu peço que vocês olhem com carinho para essa questão, porque, sinceramente,  
724 vamos continuar trabalhando. Não temos como parar. Agradeço e muito obrigado.” **Celso Agra**  
725 **(Secretário Executivo do CRH):** “A vista foi pedida, e na próxima reunião ordinária, no dia 27 de  
726 março de 2026, eu sugiro que você compareça, **Evaldo**, é muito importante. Nosso conselheiro  
727 **Paulo André**, irá apresentar o parecer acerca dessas vistas que ele pediu, certo? Então vamos  
728 seguir em frente. Está aprovado o regimento CTAS. Vamos agora para a resolução da Câmara  
729 Técnica CTPPP, do meu amigo **José Carlos Queiroga**, sobre as competências da CTPPP.” **José Carlos**  
730 **Queiroga (CTPPP-FIEPE):** “Então, no intuito já conversado em outros níveis de tornar a CTPPP em  
731 algo mais proativo pelo âmbito das atuações que estão a elas conferidas, queremos tornar isso um  
732 documento real que possibilite a Câmara Técnica, de fato, trabalhar. Hoje ela está meio bloqueada  
733 porque está muito limitada. Não foi feito um documento extenso, apenas podamos algumas coisas  
734 que existiam na resolução antiga e que não faziam mais sentido — como citações de entidades que  
735 não são mais componentes do quadro da Câmara — para nos fixar estritamente nas competências,  
736 nas capacidades de trabalho e objetivos da câmara técnica; sem nenhuma conotação de  
737 procedimentos executivos, apenas definição do quadro do que é o ambiente onde a CTPPP poderá  
738 vir a trabalhar. Não tem nada de especial, e de qualquer forma — vou até fazer aqui uma confissão  
739 — ela foi apoiada muito na documentação da CTAS. Foi tomada como modelo e foi podada,  
740 discutida. Esse texto já está podado pela atuação da CTALI, que tirou mais algumas coisinhas que  
741 não tinham muita importância e agora está limpo, líquido e pronto para operar.” **Celso Agra**  
742 **(Secretário Executivo do CRH):** “Alguém tem alguma objeção? Se não, declaramos aprovada a  
743 Minuta de Resolução-CRH, referente às Competências da CTPPP. Agora vamos ao próximo ponto  
744 da pauta, que será a palestra de nosso grande amigo **Fernando Acioli**, mas antes passarei a palavra  
745 para o professor **Almir Cirilo** a respeito da questão do enquadramento. O material foi distribuído  
746 para todos os conselheiros, onde ele gostaria de explicar um pouco a respeito do que gerou esse  
747 documento. Vou passar a palavra para o professor **Almir Cirilo**.” **José Almir Cirilo (Presidente do**  
748 **CRH):** “Por iniciativa da FADE e do programa que houve aqui no estado, de saneamento da Bacia do  
749 Rio Ipojuca, houve um produto que era o enquadramento dos corpos d'água. Esse produto foi  
750 concluído, foi feito um relatório bem substanciado, bem detalhado, e que foi encaminhado para ser  
751 apreciado pelo Conselho aqui em momento anterior. O que aconteceu? Sim, após a aprovação do  
752 Comitê da Bacia do Rio Ipojuca. O enquadramento é um instrumento importantíssimo, porque ele  
753 define fundamentalmente a situação da qualidade da água nos nossos corpos d'água e,  
754 particularmente, em regiões de escassez hídrica, como é a nossa. Isso se torna ainda mais  
755 importante. E o Ipojuca, no caso, é um rio temporário, boa parte dos trechos dele passam a maior  
756 parte do ano seco. Eles só se tornam perenes a partir da Serra das Russas, quando o volume das  
757 águas vai aumentando. Nós entendemos o mérito do processo, mas surgiram opiniões antagônicas  
758 dentro do sistema de recursos hídricos do estado. Vou colocar aqui só os principais pontos, para  
759 vocês irem acompanhando. O primeiro ponto é a definição do novo Marco Legal do Saneamento  
760 Básico. Como os senhores sabem, a União, em 2020, posterior à construção desse documento,  
761 determinou que todos os estados do país deveriam avançar na constituição do Marco Legal do  
762 Saneamento Básico. E esse marco traz metas importantíssimas para o possível enquadramento dos  
763 corpos d'água. Por exemplo, como nós falamos, o Marco estabelece, no que diz respeito ao  
764 esgotamento sanitário, que 90% das populações sejam atendidas por serviços de saneamento. Isso,  
765 naturalmente, vai implicar no esforço de que o país tenha um investimento muito grande na  
766 implementação de sistemas de controle do lançamento dos poluentes. E isso não tinha como ser  
767 visto durante a concepção das regras do enquadramento que foram impostas. Então, essa é uma  
768 questão importante que a gente entende como sendo antagônica e que poderia trazer prejuízo às  
769 definições propostas. Uma outra questão que foi já levantada muito na época por parte da  
770 COMPESA, é que diversas metas que estavam sendo propostas no enquadramento eram  
771 inexecutáveis, ou seja, iriam exigir um nível tal de investimentos absolutamente incompatíveis com a  
772 capacidade de investimento da COMPESA na questão do esgotamento sanitário. Isso é muito  
773 perceptível de se entender e é uma das razões pelas quais o Estado está fazendo uma grande

774 mudança, porque realmente não há a menor chance da companhia de saneamento de atender  
775 premissas como essas que estavam sendo colocadas. Nesse contexto, o que a gente entende hoje é  
776 que, com a implementação do Marco Legal do Saneamento Básico, as condições para que esse  
777 enquadramento possa ser alcançado vão se tornar naturalmente mais acessíveis, mais viáveis de  
778 serem implementadas. Um outro ponto que foi colocado aqui pelas equipes que analisaram o  
779 processo é a questão dos planos regionais de saneamento, que também não existiam na época do  
780 desenvolvimento do documento que foi posto pelo Comitê da Bacia do Rio Ipojuca, e os planos  
781 hoje existem. Dessa forma, os planos foram elaborados de uma maneira mais regional, trazendo  
782 metas de atendimento da questão de tratamento de esgotos nas diversas regiões do estado. Um  
783 outro item que foi colocado aqui também em discordância foi a questão de possíveis implicações  
784 na outorga do lançamento de afluentes que precisam ser analisadas para o impasse com a questão  
785 do enquadramento. Por esses motivos que citamos aí, nós entendemos que é necessária —  
786 passados esses anos e face a todas essas mudanças que aconteceram e estão acontecendo no país  
787 — uma revisão e uma análise cruzada desses procedimentos implementados; e com as expectativas  
788 muito concretas de que teremos efetivamente, com a concessão dos serviços de coleta e  
789 tratamento dos esgotos, a condição de cumprir essas metas de enquadramento no estado. Mas  
790 quando? Daqui a 5 (cinco) anos, daqui a 10 (dez) anos, daqui a 15 (quinze) anos? Essa questão  
791 temporal também precisa ser contemplada dentro desses cenários. No final das contas, nós  
792 trabalhamos reunindo a SRHS, a APAC, a CPRH e a COMPESA para tomar essas decisões do que  
793 estamos aqui propondo; e propomos aqui ao Conselho a criação de um grupo interinstitucional  
794 para que, sob a luz das novas orientações, sob a luz dos novos produtos e das novas perspectivas,  
795 possamos reanalisar documentos e trazer aqui contribuições que possam tornar aquelas metas  
796 efetivamente viáveis. Eu quero só registrar no final que isso que foi feito para o Rio Ipojuca é  
797 meritório, mas nós temos que fazer isso para o estado inteiro. Tem que fazer para o rio Capibaribe,  
798 para o Una, o Beberibe e todos os nossos rios. O que nós propomos é a criação de um grupo que  
799 trabalhe durante uns 6 (seis) meses para analisar toda essa nova conjuntura do país e ver que  
800 contribuições a análise pode trazer efetivamente, para não só trazer um marco para o  
801 enquadramento do Ipojuca, mas também para todos os outros corpos d'água da nossa região. É  
802 isso o que a gente está aqui propondo, para 6 meses até a próxima reunião, para que a gente possa  
803 fazer contribuições para aprimorar o documento.” **Paulo André (Assoc. Fazenda Fieza-Titular):** “É  
804 muito importante, professor Almir, porque é um enquadramento principalmente de afluentes.  
805 Ontem, numa discussão da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança, o doutor **Arthur Sousa Leão**,  
806 competente coordenador, falou exatamente sobre essa questão da carcinicultura. É um parecer da  
807 Câmara que virá na próxima reunião do Conselho, já tratando desse assunto, desse  
808 enquadramento que se faz necessário para se dar a outorga para a carcinicultura. É uma  
809 preocupação grande que se tem com esses afluentes que saem dos tanques de carcinicultura. Acho  
810 que é muito pertinente aqui, não só no Ipojuca, mas principalmente no Goiana e nos outros rios.  
811 Vamos ver a forja desse rio, como está sendo usado e como está deixando de ser enquadrado por  
812 esses afluentes em prejuízo da população que vive ali. Obrigado.” **José Almir Cirilo (Presidente do**  
813 **CRH):** “O que eu quero trazer para a sessão toda é que é um novo tempo, onde mudanças radicais  
814 deverão acontecer no país. Documentos e propostas têm que ser encarados perante essas  
815 mudanças radicais para melhor, porque vão trazer para Pernambuco a capacidade de maiores  
816 investimentos. E daí, até finalmente decidirmos quais caminhos devemos definir para não afetar as  
817 ações.” **Waldir Costa (UNIECO-Titular):** “Bom dia a todos. O que eu gostaria de lembrar é que, nesse  
818 enquadramento de recursos hídricos, deve ser considerada a água superficial e a água subterrânea.  
819 E, para a água subterrânea, já existe uma normatização feita pelo Conselho Nacional de Meio  
820 Ambiente (CONAMA), para o enquadramento das águas subterrâneas. Nessa bacia aqui, a parte da  
821 foz, terminal da bacia, passa sobre a planície do Recife, a planície costeira, que pega a água  
822 subterrânea, isso foi feito no enquadramento. Eu queria lembrar que os próximos trabalhos desse  
823 tipo de enquadramento, principalmente pelo começo do Capibaribe, que passa dentro da cidade  
824 do Recife, devem ter atenção para que seja feito o enquadramento das águas subterrâneas  
825 conforme estabelecido em Resolução do CONAMA.” **Celso Agra (Secretário Executivo do CRH):**

826 “Uma proposta: na próxima reunião do Conselho, que será em 27 de março de 2026, colocaremos  
827 a aprovação desse material, que será recolhido nessas reuniões do grupo de trabalho. 6 meses para  
828 a aprovação da proposta na segunda reunião, que será realizada em 11 de julho de 2026. Dessa  
829 forma, nós teremos tempo hábil. É um assunto bastante complexo. É por isso que nós estamos  
830 começando por uma bacia, a de Ipojuca. Depois, aprovando ela, seguiremos para as outras bacias,  
831 estão entendendo? Eu gostaria de aprovar no Conselho esse prazo de 6 meses, onde a gente  
832 poderá discutir com maior embasamento, com maior contribuição. Podemos colocar em votação o  
833 prazo de 6 meses? Colocamos como **aprovado o prazo de 6 meses para discutir o enquadramento**  
834 **do rio Ipojuca**. Vamos agora para o próximo ponto da pauta, a palestra de nosso amigo **Fernando**  
835 **Acioli** sobre o programa de revitalização de bacias.” **Fernando Acioli (GRBH-APAC)**: “Bom dia a todos!  
836 É uma satisfação participar da reunião! Inicialmente, eu quero cumprimentar o secretário **Almir**  
837 **Cirilo**, todos os membros aqui do Conselho e os demais convidados que estão participando dessa  
838 última reunião aqui do Conselho Estadual. E também agradecer à FIEPE pela disponibilização dessa  
839 área e a recepção que tivemos aqui no auditório, que é extremamente confortável. Com relação ao  
840 programa, foi feito dentro de nossa gerência através de um convênio que a APAC formalizou com o  
841 Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional. O convênio possui duas metas. A primeira  
842 meta foi exatamente a elaboração do programa, que não só foi feito aqui em Pernambuco, mas em  
843 outros estados; e Pernambuco, mais uma vez, conseguiu ser pioneiro, concluindo esse programa  
844 agora nesse ano de 2025. A meta dois deste convênio traz a realização de um projeto piloto de  
845 recuperação da nascente do Rio Pajeú, localizado no Brasil. A licitação já foi feita, foi aprovada pelo  
846 Ministério e estamos aguardando só o imbróglcio com relação à liberação do empenho para  
847 podermos contratar a empresa e começar a atividade. Com relação ao programa, ele custou em  
848 torno de R\$ 829.000,00 (oitocentos e vinte e nove mil reais) e possui como principais resultados  
849 produzir um documento básico que já está disponível no site da APAC. Também produzimos 25  
850 (vinte e cinco) projetos pilotos dentro do estado de Pernambuco, onde foram selecionadas das 16  
851 unidades de planejamento (UPs) do estado, 5 UPs prioritárias. Aqui, no final do slide, tem as etapas  
852 de todo o processo de contratação desse programa, que vai do plano de trabalho, o diagnóstico  
853 institucional, à parte das reuniões, e uma coisa importante que temos que frisar com relação à  
854 realização desse programa foi a participação. Esse documento foi construído de uma forma  
855 extremamente participativa, onde a empresa disponibilizou meios para que a população pudesse  
856 participar na construção e na elaboração do programa. Durante o período em que estávamos  
857 realizando, tivemos 3 conferências públicas, 6 oficinas de projetos e 3 consultas públicas, nas quais  
858 participaram os membros dos comitês de bacias hidrográficas, a universidade, a prefeitura e a  
859 sociedade civil organizada. Ou seja, conseguimos montar um programa estadual com um nível de  
860 participação bastante consolidado. Como eu falei, tivemos alguns meios de comunicação que  
861 foram abertos pela empresa, com o apoio da APAC, como uma página no Instagram, um número de  
862 WhatsApp e um e-mail; ou seja, toda a população que participou na construção desse documento  
863 teve a oportunidade de contribuir e discutir, inclusive na etapa da seleção dessas UPs prioritárias.  
864 Na construção desse documento, houve uma modificação, exatamente com a contribuição dos  
865 representantes dos comitês. A gente mudou a hierarquização das UPs prioritárias, onde Goiana  
866 estava em primeiro. Depois de uma discussão, dentro das reuniões que tivemos com todos,  
867 conseguimos concluir a priorização baseada nessa lista que está aí, onde foram utilizados os  
868 critérios de priorização para chegar nessa lista: a relevância hídrica, as tendências de  
869 desenvolvimento socioeconômico, a parte de degradação ambiental e a criticidade das agendas  
870 setoriais. Então, hoje, o que temos pronto aqui, com relação ao programa, são cinco unidades  
871 prioritárias, sendo Ipanema, Mundaú, Goiana, Una e Moxotó. Dessas 5 UPs prioritárias, a partir de  
872 cada UP foram construídos 5 projetos pilotos. Projetos completos já, que têm o termo de  
873 referência para a contratação das ações voltadas para a recuperação dessas unidades prioritárias.  
874 O resultado desses projetos pilotos foram 25 projetos, sendo cinco para cada UP prioritária que eu  
875 citei. Em termos de ações dentro das 5 Ups prioritárias, a gente teve isso construído coletivamente  
876 por todos. A construção de 401 (quatrocentas e uma) barragens subterrâneas distribuídas nas 5  
877 UPs prioritárias, em torno de quase 6.000 (seis mil) barraginhas e a recuperação de 2.781 (dois mil

878 setecentos e oitenta e um) hectares em Área de Preservação Permanente (APP). E uma coisa  
879 importante de enfatizar é que a gente trabalhou basicamente em assentamentos rurais do Instituto  
880 Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Construção de 582 (quinhentos e oitenta e  
881 dois) banheiros, quase 2 (duas mil) mil tecnologias de reuso chamadas Sistema Ambiental de Reuso  
882 de Água Total (SART), que usa o Sistema UASB (Upflow Anaerobic Sludge Blanket, ou Reator  
883 Anaeróbio de Fluxo Ascendente) — a gente pegou toda a parte metodológica do Instituto Nacional  
884 do Semiárido (INSA), com o qual estamos formalizando um convênio — e, por fim, em torno de  
885 2.184 (duas mil cento e oitenta e quatro) cisternas. No final, os 25 projetos deram um total de  
886 orçamento baseado em torno de quase R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais). E uma  
887 coisa importante que eu tenho para comentar com relação às unidades prioritárias, sobre Ipanema  
888 e Moxotó, elas fazem parte da bacia do Rio São Francisco. E já havia uma previsão, a gente já  
889 buscou recursos na elaboração desse projeto, junto à privatização da Eletrobrás. Ela está  
890 disponibilizando, para as bacias de São Francisco e Parnaíba, uma quantia em torno de  
891 R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais) para implementar ações de  
892 revitalização de bacias hidrográficas. Esse valor é por ano, em um período em torno de 10 anos. E  
893 como eu havia falado, esses projetos foram elaborados com todo o arcabouço para serem  
894 apresentados para o órgão financiador, ou seja, os 25 projetos que a gente tem dessas cinco bacias  
895 são projetos que têm orçamento, cotação, está tudo pronto. Então, as duas bacias que foram  
896 selecionadas como prioritárias, Ipanema e Moxotó, como elas fazem parte da bacia de São  
897 Francisco, esses cinco projetos de cada bacia, totalizando 10, dão em torno de R\$ 226.000.000,00  
898 (duzentos e vinte e seis milhões de reais), já foram submetidos ao comitê gestor da Eletrobrás.  
899 Inclusive, hoje eu estava verificando que eles já estão na comissão de avaliação da Eletrobrás.  
900 Possivelmente, devem ser avaliados ainda neste ano — eu entrei em contato com o ministério,  
901 quando teve a última reunião no final do mês de outubro, começo de novembro, e falaram que  
902 haveria uma reunião esse ano ainda, agora no final de dezembro — para que seja feita a avaliação  
903 dos projetos que foram submetidos ao comitê gestor. Hoje, em Pernambuco, dentro da bacia de  
904 Ipanema e Moxotó, temos 10 projetos que estão sendo analisados e, possivelmente, poderão ser  
905 aprovados para dar início à recuperação dessas duas bacias, totalizando um investimento de cerca  
906 de R\$ 226.000.000,00 (duzentos e vinte e seis milhões de reais). Com relação às outras 3 bacias  
907 prioritárias que foram colocadas dentro do programa, temos a bacia de Goiana, com um valor em  
908 torno de R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais) para ser investido. Recuperação de  
909 250 (duzentos e cinquenta) hectares, construção de 438 (quatrocentas e trinta e oito) cisternas,  
910 reuso de água — a gente vai ter também a instalação desse reuso de água — barragens  
911 subterrâneas, barraginhas e banheiros circulares. Para o Mundaú também tem um valor de  
912 R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) e, para o Una, R\$ 57.000.000,00 (cinquenta e sete  
913 milhões de reais). Com relação a esse reuso de água, é bom enfatizar essa metodologia do Nacional  
914 do Semiárido. Ele trabalha com o uso da água total, que é a água cinza e a água de esgoto, e o  
915 resultado desse tratamento de água, a água que é produzida, vai servir num quintal produtivo.  
916 Cada proprietário que for aderir ao projeto vai ter um sistema de tratamento de água em sua casa,  
917 vai ter a construção de banheiros — que é uma coisa que casa com aquele SISAR, em que a gente  
918 faz essa parte do saneamento rural para os produtores — e com essa água aí, que vai ser tratada  
919 no sistema da casa dele, de uso de água cinza e água de esgoto, essa água vai ser utilizada num  
920 quintal produtivo de palmas, que é uma coisa que, pelo menos num projeto piloto da Meta 2 deste  
921 convênio, a população de Brejinho teve uma receptividade muito grande em receber esse sistema  
922 de reuso de água. Enfim, a gente tem aí o programa pronto, além dessas 5 bacias prioritárias, nós  
923 temos o restante das bacias prioritárias aqui, como Sirinhaém e Ipojuca. O importante é frisar que  
924 dentro do contexto do programa a gente tem uma metodologia toda pronta, já temos mais ou  
925 menos a base, o termo de referência para contratar as ações de revitalização dentro da bacia; e, no  
926 andar deste programa, com o Governo do Estado, através da SEPLAG, a governadora vem  
927 monitorando todas as ações do programa. Quem sabe futuramente a gente consiga recursos  
928 próprios aqui do Estado ou de outras fontes de financiamento para executar as ações de  
929 revitalização de Goiana, Una, Mundaú e o restante das outras bacias do estado. Hoje, o que a gente

930 tem disponível são 15 projetos prontos com termo de referência para serem contratados. Isso é  
931 uma coisa que a gente está tentando, buscando — a APAC com o Governo do Estado — outras  
932 fontes de financiamento para tentar executar essas três bacias restantes prioritárias que têm aí. E  
933 também, após a execução deste trabalho, a gente vai correr atrás para executar o restante, que é o  
934 nosso objetivo no contexto de uma revitalização de bacia hidrográfica, é produzir água. A gente  
935 sabe que é uma escassez hídrica muito grande e, no contexto dessa recuperação de APPs e  
936 nascentes, a gente tem uma possibilidade de ter uma produção de água com uma qualidade e uma  
937 quantidade melhor para o cidadão aqui do Estado de Pernambuco. Vocês podem ver no slide da  
938 apresentação uma captura de tela do SEI que a gente encaminhou com os projetos, os dois  
939 projetos prioritários para a Eletrobrás, de Ipanema e Moxotó. Hoje eu fiz a pesquisa no SEI, vi que  
940 eles já estão lá na Câmara de Análise de Projetos do Ministério, e, possivelmente, acho que ainda  
941 neste ano teremos o resultado da aprovação desses projetos. São duas bacias com 10 projetos, em  
942 Ipanema e Moxotó, com recursos da Eletrobras. É isso que eu tenho para falar. Se vocês tiverem  
943 alguma dúvida, me coloco à disposição. Muito obrigado.” **José Almir Cirilo (Presidente do CRH):**  
944 “Eu venho acompanhando de perto o trabalho. Só um alerta aqui, que é o seguinte: fiquem atentos  
945 ao PAC, porque, embora não tenhamos tido ainda uma abertura especificamente para revitalização,  
946 às vezes, você observando nas entrelinhas do PAC, você pode conseguir justificar um projeto  
947 desses. Você tem conseguido bastante dinheiro do PAC para saneamento rural. Nós já  
948 concorreremos três vezes, e nas três vezes nós fomos contemplados. Já teve PAC para drenagem  
949 urbana, uma série de ações, e drenagem urbana às vezes pode dialogar de alguma forma com isso.  
950 Então fique atento para cada vez que for lançado um PAC para ver se consegue se inserir nas  
951 entrelinhas.” **José Carlos Queiroga (CTPPP-FIEPE):** “**Fernando**, esses projetos vão demandar, com toda  
952 certeza, uma quantidade bastante grande de mudas de vegetação regional, e que eu não sei qual é  
953 a origem dessas mudas. Como é que isso está sendo projetado? Onde é que serão conseguidas  
954 mudas para fazer uma revegetação dessas bacias todas?” **Fernando Acioli (GRBH-APAC):** “Com  
955 relação aos cinco projetos que tem em cada bacia, totalizando 25, a gente sabe que aqui no estado  
956 a produção de mudas tem uma precariedade muito grande, mas aí vai depender. A gente trabalha  
957 no estado todo, e por exemplo, na Meta 2 do convênio com o Ministério da Integração, a empresa  
958 que ainda não foi contratada já manteve contato com alguns produtores de mudas da região de  
959 Afogados, Serra Talhada que possuem um número bem significativo para trabalhar. Diferente desse,  
960 porque o projeto piloto da Meta 2, que é lá de Brejinho na nascente de Pajeú, são apenas 20  
961 hectares. Esse aí não, esse é um projeto maior e a busca será para fornecedores de mudas em todo  
962 o país. Realmente, é uma demanda grande de mudas a serem utilizadas nessas áreas que foram  
963 colocadas aí nos projetos. Com relação aos dois projetos prioritários dentro da bacia do São  
964 Francisco, que são os de Moxotó e Pajeú, o Ministério será responsável pela contratação e, pelo  
965 que a gente conversou com eles, isso será uma demanda não só aqui em Pernambuco, mas será  
966 uma busca em todo o Brasil. Eu sei que não é fácil, mas a gente vai correr atrás.” **Valderice Pereira**  
967 **(COMPESA-Suplente):** “A tecnologia de reuso é a Tecnologia SARA (Saneamento Ambiental e Reúso  
968 de Água)? Ela é muito boa! Nós temos dois viveiros na COMPESA, em Bonito e Santa Cruz do  
969 Capibaribe. Nesse caso, haveria alguma possibilidade de convênio ou algo para que a gente possa  
970 também ter essa colaboração?” **Fernando Acioli (GRBH-APAC):** “Inicialmente, o que eu posso falar  
971 para a utilização dessas mudas é para o projeto da Meta 2, do convênio, que é o projeto de  
972 Brejinho, na nascente do Rio Pajeú. A gente já licitou a empresa, estamos só aguardando que o  
973 Ministério deposite o dinheiro para assinarmos o contrato e assinar a ordem de serviço, e assim  
974 começar o projeto. Com relação a Moxotó e Pajeú, o que foi informado pelo pessoal da Eletrobras  
975 é que essa contratação será feita toda por Brasília. A gente não vai ter nenhum acompanhamento  
976 com relação à licitação desses projetos. A gente vai fazer um acompanhamento por fora, mas não  
977 somos responsáveis diretamente pela execução. Essa execução e a contratação vão ser feitas toda  
978 por Brasília. Isso aí foi o que a gente recebeu de informação, mas, por exemplo, hoje a gente tem  
979 projetos que estão na região do semiárido. A gente sabe que aqui em Pernambuco a gente tem  
980 uma quantidade limitada de mudas, mas existem ainda alguns produtores que podem ajudar. Mas  
981 com relação ao de Brejinho, eu não sei se essas mudas que vocês têm são espécies de semiárido ou

982 de Mata Atlântica.” **Valderice Pereira (COMPESA-Suplente):** “Nós temos para Caatinga, em Santa Cruz  
983 do Capibaribe, e para Mata Atlântica, em Bonito.” **Fernando Acioli (GRBH-APAC):** “Eu estou  
984 aguardando o recebimento dos recursos para poder assinar o contrato, dar a assinatura da ordem  
985 de serviço e podermos começar. Assim que tivermos, vamos passar o contato de vocês, como eu  
986 passei o contato de outros fornecedores, para a empresa vencedora do contrato do projeto de  
987 Brejinho.” **Valderice Pereira (COMPESA-Suplente):** “Eu pensei nisso porque, quando **Queiroga** falou, a  
988 gente vai fazer, inclusive, um trabalho de compensação junto com o pessoal de Engenharia  
989 Florestal da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) para Jucazinho. Já selecionamos  
990 três espécies, da aroeira-do-sertão e ipês roxo e amarelo.” **Fernando Acioli (GRBH-APAC):** “Outra  
991 coisa, só falando nesse contexto de revitalização, eu acho que vocês da COMPESA passaram meu  
992 contato para uma moça da Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco (CEPAM/SES-PE), e há  
993 uma disponibilidade de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) para o estado de Pernambuco,  
994 para a recuperação de 400 hectares de APPs. O pessoal do CEPAM está buscando áreas. Eu só  
995 fiquei preocupado porque o custo que ela colocou para a recuperação de hectares de APPs foi em  
996 torno de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). Eu acho muito pouco e, com relação a você obter  
997 áreas em propriedades de pequenos produtores rurais para recuperação de APPs, fica muito difícil,  
998 porque a metodologia que eles vão utilizar, já mudando de assunto, é uma metodologia,  
999 especificamente de regeneração total. Você não trabalha com Sistema Agroflorestal (SAF), não  
1000 trabalha com outras atividades agrícolas que permitam que o agricultor conceda a sua área para  
1001 que seja recuperada. Eu comentei que seria meio difícil ela conseguir esses 400 (quatrocentos)  
1002 hectares. Mas, assim, não deixa de ser um investimento de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)  
1003 para a recuperação ambiental dentro do estado. O que poderia se fazer era tentar mudar essa  
1004 metodologia para que a gente conseguisse uma maior adesão dos proprietários que tenham áreas  
1005 com um nível de degradação que precisa ser recuperado.” **Alexandre Moura (DNOCS-Titular):**  
1006 “Dentro de sua explicação sobre o formato do convênio com o Governo Federal, continuando com  
1007 a sugestão, lembro que o Programa Plantar Juntos do Governo de Pernambuco tem essa mesma  
1008 perspectiva de fazer plantio e recuperação em áreas diversas. Fica como sugestão lembrar do  
1009 programa do governo do estado.” **José de Assis (ABAS-PE-Titular):** “**Fernando**, você estava falando  
1010 de 5.967 barraginhas, eu tenho uma dúvida com relação à elas. Eu queria que você dissesse como é  
1011 que é esse processo? É uma barragem que não tem afluente? É um tipo de implúvio?” **Fernando**  
1012 **Acioli (GRBH-APAC):** “Veja só, eu não mencionei na apresentação. Esse trabalho foi concebido com  
1013 dados secundários, e a etapa de elaboração desse programa, com esses valores que estão aí, não é  
1014 100% absoluta. A gente vai fazer um levantamento. Foi feito esse levantamento com o INCRA, com  
1015 os municípios das áreas que têm degradação, mas a partir do momento que a gente fizer a visita e  
1016 buscar esse conhecimento *in loco* em cada propriedade dessas, a gente vai analisar se realmente  
1017 vão ser tantas barraginhas e ver a situação real desse ambiente. Porque isso aí foi concebido com  
1018 dados secundários. Eu não teria uma garantia ou certeza para responder a você.” **José de Assis**  
1019 **(ABAS-PE-Titular):** “Para você construir a barraginha, é uma coisa, para você dar a manutenção, é  
1020 outra coisa. Na realidade, eu fico muito cauteloso com relação à barraginha. Na época em que eu  
1021 trabalhava na EMAPE, no IPA, no convênio com o Ministério da Integração, eles propuseram muito  
1022 a função de barraginhas. Na realidade, para eles, naquela Zona da Mata de Minas Gerais,  
1023 barraginhas davam muito certo, porque é uma região que chove muito. O que é uma barraginha?  
1024 Uma barraginha é ir perto daquelas casas ali na zona rural, fazer uma escavação ali e ficar  
1025 esperando a chuva. Quando a chuva cai, é ótimo. Então, para o nosso sertão é uma beleza, porque  
1026 a partir de certo tempo, quando realmente o pessoal precisa de água, está seco! Com qual  
1027 finalidade você vai construir uma barraginha no sertão do estado? Quando conseguiu, terminou  
1028 revertendo esse recurso que seria das barraginhas para outras captações, porque elas já não  
1029 cabem para a gente e para o estado de Pernambuco, porque com a precipitação que a gente  
1030 tem...” **Márcia Alcoforado (UFPE-Titular):** “Eu queria parabenizar o esforço e os projetos de  
1031 revitalização e passar um pouquinho. Quer dizer, toda essa preocupação com a produção de água e  
1032 passar de volta um pouco para a questão do esforço também, para a questão do enquadramento,  
1033 que vai contra a questão da qualidade da água. Mas levantar uma preocupação para o Conselho

1034 com relação à poluição difusa. Eu estou no comitê do Sirinhaém e estou vendo esse esforço  
1035 também da revitalização da nascente, mas ao mesmo tempo estou vendo problemas que na minha  
1036 tese de doutorado, mais de 20 anos atrás, a gente já tinha, como a questão da vinhaça, do vinhoto,  
1037 que é uma poluição difusa. Eu acho que há outras, a gente tem todo esse problema da poluição  
1038 pontual do esgoto que a gente precisa resolver, mas a gente tem um problema de poluição difusa.  
1039 Eu sei que o monitoramento e a fiscalização não são atribuições, vamos dizer, nem da CRH e nem  
1040 da APAC, mas acho que é uma preocupação que a gente precisa ter, ao mesmo tempo que está se  
1041 fazendo esses esforços. Eu tenho um pouco essa sensação, até porque o enquadramento, pela lei,  
1042 tem um limite lá que a gente não respeita. Então, mesmo que não tivesse enquadramento, mesmo  
1043 que não tivesse a classe, era para estarmos com um nível de qualidade muito melhor. Não sendo  
1044 pessimista, não achando que não é preciso esse esforço, eu acho que tem aí uma componente de  
1045 monitoramento e fiscalização que também não tem evoluído muito e que me preocupa. Se todo  
1046 esse esforço de revitalização das nascentes, assim como a questão da mata ciliar, também, para  
1047 algumas discussões, principalmente a respeito do efluente agropecuário, de alguma forma ajuda.  
1048 Porém há questões de monitoramento e fiscalização, que eu acho que hoje são mais fáceis. Ouvei  
1049 falar que tem umas boias superficiais, que não devem ser tão caras, existe tecnologia para colocar  
1050 no rio e monitorar, porque esses derramamentos, muitas vezes ilegais, ocorrem e vão embora  
1051 para o mar. É difícil essa fiscalização, mas existe tecnologia hoje que eu não acho que seja tão cara,  
1052 boias e tudo mais, que se instalem nos rios para fazer esse monitoramento e essa fiscalização. E  
1053 assim, eu acho que a gente precisa levantar isso, eu queria levantar essa preocupação com a  
1054 poluição difusa do estado de Pernambuco e, mais especificamente, do estado de Pernambuco,  
1055 porque a gente está aqui no Conselho Estadual, mas eu acho que é uma preocupação também  
1056 nacional.” **Celso Agra (Secretário Executivo do CRH):** “Antes de passar a palavra para o **Dr. Almir**  
1057 finalizar a reunião, queremos agradecer a presença de todos os conselheiros e agradecer, em  
1058 especial, ao meu amigo **Abraão**, que sempre nos contempla com o auditório. Já está inserido no  
1059 calendário de reuniões da FIEPE a nossa reunião de encerramento do ano que estamos concluindo  
1060 agora. E agradecer a todos, desejar a todos um feliz Natal, um próspero ano novo e até a próxima  
1061 reunião do Conselho, dia 27 de março de 2026.” **José Almir Cirilo (Presidente do CRH):** “Obrigado  
1062 não só por hoje, mas por toda a persistência e por essa gente aqui que está há anos neste Conselho,  
1063 pelo espírito de contribuição. O trabalho não é fácil, o nosso caminho é muito longo, nós temos  
1064 muito o que fazer — por mais que a gente faça, ainda resta muito trabalho — e precisamos nos  
1065 qualificar muito. A fiscalização é um dos itens mais sofríveis da gestão de recursos hídricos do país.  
1066 A gente é roubado, até nossa água é roubada. A gente está trabalhando com a companhia de  
1067 saneamento para poder fortalecer e agora, nessa nova visão, isso vai ser um dos pontos mais  
1068 importantes. A gente quer fazer o PISF. Como é que a gente vai controlar o uso da água para  
1069 estabelecer uma gestão participativa, cooperativa e justa, se não tivermos os mecanismos de  
1070 fiscalização? A questão da qualidade da água, que é função da CPRH, tem que evoluir muito. Eu me  
1071 lembro de seu doutorado, **Márcia**, em que pude contribuir um pouco, e comparando com o que a  
1072 gente tinha antigamente aqui no Capibaribe. O lançamento das usinas melhorou isso, porque  
1073 haviam manchetes de TV o tempo todo, uma alta demanda de textos contra o lançamento de  
1074 usinas; mas ainda persiste, como você citou aqui, um lançamento difuso. Esse é um dos maiores  
1075 desafios que a gente precisa superar no país inteiro, para a boa gestão das águas. Assim sendo,  
1076 obrigado por tudo o que contribuíram neste ano, vamos aqui estar sempre atentos e trazer para  
1077 vocês os avanços e ouvindo as preocupações, para que a gente possa construir um Pernambuco  
1078 melhor. Um abraço grande e bom ano novo!”XX



CELSO LUIZ AGRA DE SÁ  
Secretário Executivo do CRH

1079  
1080